



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

# **A INTEGRAÇÃO ECONÔMICA DA GUINÉ-BISSAU NA UEMOA**

JERSEY INÁCIO DA SILVA

Matrícula nº: 109104577

**ORIENTADOR (A): Prof.<sup>a</sup> Marta Calmon Lemme**

Rio de Janeiro

Maio 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

# **A INTEGRAÇÃO ECONÔMICA DA GUINÉ-BISSAU NA UEMOA**

JERSEY INÁCIO DA SILVA

Matrícula nº: 109104577

ORIENTADOR (A): Prof.<sup>a</sup> Marta Calmon Lemme

Rio de Janeiro

Maio 2015

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus pela vida e saúde que me deu, assim como pela força e persistência de continuar meus estudos e conseguir atingir este grande objetivo.

Ao governo Brasileiro pela oportunidade de estudar numa das Universidades mais renomada do país, a Universidade Federal de Rio de Janeiro (UFRJ).

A UFRJ por me fazer concretizar este grande sonho.

A Professora Marta Calmom Lemme, minha orientadora que logo no primeiro momento que lhe falei sobre meu trabalho mostrou interesse em me ajudar. Se hoje estou em condições de realizar este sonho, devo isso em grande parte a você. Expresso minha imensa gratidão e estima.

A Professora Silvia Possas e a Anna Lúcia Salles pela orientação e apoio que sempre me deram.

Aos meus pais, Inácio José da Silva e Lourença Augusta F. Silva, respetivamente, por terem, com muito esforço, sempre me propiciado boas condições para que eu pudesse estudar e realizar meus sonhos. Pelo exemplo de vida, dedicação à família e acima de tudo suas preocupações com a formação ética e moral dos filhos.

Aos meus familiares, Tia Benvinda Silva, Esmeraldo Silva, Sonia Andrade, Joseana Silva, Joerne Silva, Sidney Silva, Desejada Silva, Lazisa Andrade e os demais que não mencionei aqui.

Estendo meus agradecimentos a todos meus amigos de “NAIAS”, em especial a Ednilson A. Gomes, Evelino Deolino Laureço Sá, Dayvikson Raiss Laval Tavares, Pascoal Lopes Correia, Rosemere Barbosa Tavares, Rui Antônio da Silva, Hilário Mario Ca, Bemalo Lopes Martinho, Uffe Vieira, Sidartha Pina Sa, Iovanis Augusto Mandami, Egas Gomes

Barbosa Katar, Wini Suinila dos Santos, que mesmo na distância me incentivaram a concretizar este sonho.

A Nancy Raísa da Silva Alves Cardoso, por me fazer enxergar o mundo de uma forma diferente, pela força e incentivo, pelas ideias e opiniões que sempre me deu quando precisei, você é uma boa companheira.

Aos meus colegas de Faculdade, em especial a Clésio Lacerda e Pablo Andrade por compartilhar conhecimentos e momentos inesquecíveis.

Aos meus conterrâneos guineenses, em especial a Samuel Mendes por me ter recebido aqui no Brasil, Paulo Monteiro, Hilenio Silva, Mauricio Silva, Livanio Silva, e os demais mesmo não mencionando seus nomes, o apoio de todos foi fundamental.

*Não importa em que área da vida estás a trabalhar, não deixes a estagnação, a rotina, tomar conta do teu diário: procura sempre melhorar aquilo que fazes; por mais inteligente ou justa que seja uma pessoa, se não houver pessoas á volta questionando as suas ações, fazendo sugestões, essa pessoa fica estagnada, encasulada e perde o comboio da vida"*

Dr. Joaquim Silva Tavares

## **RESUMO**

Esta monografia visa estudar a Integração Econômica da Guiné-Bissau (GB) na UEMOA. Objetiva-se entender a motivação dessa Integração, assim como avaliar os impactos econômicos dessa integração. De modo que, para alcance deste objetivo, se viu a necessidade de fazer uma abordagem sobre o processo de Integração na África, onde foi feita uma apresentação panorâmica da história africana e as primeiras iniciativas da Integração no período pós-colonial. E por fim o processo de Integração da GB na UEMOA.

Palavras chave: UEMOA, Integração Econômica, Guiné-Bissau.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AOF - África Ocidental Francesa

AEF-África Equatorial Francesa

BCEAO - Banco Central de Estados da África Ocidental

BM- Banco Mundial

BNG- Banco Nacional da Guiné

BOAD- Banco Oeste Africano de Desenvolvimento

CDP - Comitê Diretor Permanente

CEAO - Comunidade Econômica da África de Oeste

CFA- Comunidade Franco Africana

CEN-SAD-Comunidade dos Estados do Sahel-Saara

COMESA-Mercado Comum da África Oriental e Austral

ECA- Comissão Econômica das Nações Unidas para África

ECCAS- Comunidade Econômica dos Estados da África Central

ESAF - Programa Reforçado de Financiamento para Ajustamento Estrutural

EUA- Estados Unidos da América

FCFA- Franco da Comunidade Financeira Africana

FMI- Fundo Monetário Internacional

GB- Guiné-Bissau

IDA - Associação internacional para Desenvolvimento

IGAD- Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento

OUA - Organização da Unidade Africana

PAE- Programa de Ajuste Estrutural

PIB- Produto Interno Bruto

PEF - Política Econômica e Financeira

SADC-Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

TEC-Tarifa Externa Comum

TUEMOA- Tratado da UEMOA

UDEAO - União Aduaneira dos Estados da África Oeste

UEMOA- União Econômica e Monetária do Oeste Africana

UMA-Union do Magrebe Árabe

UNECA- Organização das Nações Unidas para África



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa ilustrativo dos países da CEDEAO .....	34
Figura 2: Mapa ilustrativo dos países da UEMOA.....	42
Figura 3: Mapa ilustrativo da República da Guiné-Bissau.....	47

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1:Taxa de Inflação de Guiné-Bissau 1990-2008 ( Média % Anual) .....	55
Gráfico 2:Taxa média de Inflação dos países da UEMOA 1990-2008 (% Anual).....	57
Gráfico 3:Taxa de Investimento de Guiné-Bissau 1990-2008 (Média % Anual) .....	65
Gráfico 4:Taxa média de Investimento dos países da UEMOA 1990-2008 (% Anual).....	66
Gráfico 5:PIB Real de Guiné-Bissau 1990-2008 (Média % Anual) .....	67
Gráfico 6:PIB Médio Real dos países da UEMOA 1990-2008 (% Anual).....	69

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Taxa média de Inflação dos países da UEMOA 1990-2008 (% Anual).....	56
Tabela 2: Principais produtos Exportados 1997-2008 (em Bilhões de Franco CFA) .....	57
Tabela 3: Distribuição Geográfica de Exportações 2003-2008 (em Milhões de FCFA) .....	58
Tabela 4: Principais produtos Importados 1997-2008 (em Bilhões de Franco CFA) .....	60
Tabela 5: Distribuição Geográfica de Importação 2001-2008 (em Milhões de FCFA).....	62
Tabela 6: Evolução de Balança comercial 1997-2008 (em Bilhões de FCFA).....	64
Tabela 7: Taxa média de Investimento dos países da UEMOA 1990-2008 (% Anual).....	66
Tabela 8: PIB Real dos países da UEMOA 1990-2008 (Média % Anual).....	68

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO I- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA INTEGRAÇÃO REGIONAL.....</b>	<b>17</b>
I. 1. Conceitualização .....	17
I. 2. Formato e Etapas .....	18
<b>CAPÍTULO II – PROCESSO DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA NA ÁFRICA .....</b>	<b>21</b>
II. 1. BREVE HISTÓRIA DA ÁFRICA .....	21
II. 1.1. O Processo da Colonização da África.....	21
II. 1.2 A Conferência de Berlim .....	22
II. 1.3. O Processo de Descolonização: A África Independente e a Situação Neocolonial.....	24
II. 2. A INTEGRAÇÃO REGIONAL INTRA-AFRICANO .....	25
II. 2.1. Pan-africanismo .....	26
II. 2.2. A Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (UNECA OU ECA) .....	30
II. 2.3. A Organização da Unidade Africana (OUA).....	31
II. 5. COMUNIDADE ECONÔMICA DOS ESTADOS DA ÁFRICA OCIDENTAL (CEDEAO) .....	33
II. 6. UNIÃO ECONÔMICA E MONETÁRIA DO OESTE ÁFRICANO (UEMOA) .....	38
II. 6.1. Banco Central de Estados da África Ocidental.....	44
II. 6.2. Banco Oeste Africano de Desenvolvimento (BOAD) .....	46
<b>CAPITULO III–GUINÉ-BISSAU NO SEIO DA UEMOA- ANÁLISE DE INDICADORES ECONÔMICOS .....</b>	<b>47</b>
III. 1. Breve contextualização .....	47
III. 2. Motivos que levaram adesão da Guiné-Bissau à UEMOA .....	51
III. 2.1. Situação Econômica e as Reformas.....	51
III. 2.2. Processo de adesão da GB na UEMOA: o que isso desempenhou?.....	54
III. 3. Análise de Indicadores Econômicos.....	55
III. 3.1. Evolução do Produto Interno Bruto (PIB).....	67

III. 3.2. Evolução da taxa média de Inflação da GB.....	55
III. 3.2.1. Evolução da taxa média de Inflação da Guiné-Bissau e dos países da UEMOA .....	56
III. 3.3. Evolução de Taxa de Investimento da GB .....	64
III. 3.3.1. Evolução da taxa média de Investimento da Guiné-Bissau e dos países da UEMOA .....	65
III. 3.4. Comercio Exterior .....	57
III. 3.4.1. Exportação .....	57
III. 3.4.2. Importação .....	60
III. 3.4.3. Evolução de Balança Comercial.....	64
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>72</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>74</b>

## INRODUÇÃO

A chegada dos Europeus no Continente Africano se, por um lado, foi um dos primeiros contatos entre os europeus e os nativos africanos, por outro, implicou uma desestruturação da sociedade local, das suas instituições já existentes (FILHO, 2000). Em alguns desses países, já existia uma estrutura organizacional antes da chegada dos europeus, caso de Impérios de Mali, Egito, Gana, Songhai dentre outros. O colonizador, de forma a por em prática seus planos, tinha que desestruturar a organização desse povo. Um exemplo bem latente dessa afirmação é o caso da partilha do Continente Africano que ocorreu na Conferência de Berlim, realizada de 19 de Novembro de 1884 a 26 de fevereiro de 1885. Essa Conferência teve como objetivo organizar, na forma de regras, a ocupação de África pelas potências coloniais e resultou em uma divisão que não respeitou nem a história, nem as relações étnicas e mesmo familiares dos povos desse continente em causa.

Nos anos de 1960 se deu início à criação de blocos econômicos como estratégia de autodefesa e desenvolvimento econômico. Segundo o Filho (2000), a integração regional vai surgir como meio de superação do subdesenvolvimento econômico, através da industrialização.

Na ótica de Adedeji (2010), a integração regional africana surgiu como instrumento essencial à estratégia da descolonização da África nos anos 50. No entanto, precisamente nos finais dos anos 50 e o princípio dos anos 60, surgiram várias propostas para a criação de instituições supranacionais e outras formas de cooperação econômica, dentre elas, a Comissão Econômica das Nações Unidas para África (CEA), criada em 1958; cinco anos mais tarde foi fundada a Organização para Unidade Africana (OUA), com o objetivo, entre outros, de superar as profundas divergências ideológicas daquela época, pondo fim às iniciativas exclusivamente políticas, avançando para a criação de uma organização de cooperação regional que privilegiasse os objetivos econômicos.

Assim, os blocos foram formados pela associação formal de países geograficamente próximos e com forte tendência a aproveitar o legado deixado pela era colonial. As primeiras associações foram efetuadas em regiões colonizadas por uma mesma metrópole e com algum tipo de vinculação econômica que vinha da era anterior (FILHO, 2000). Vale ressaltar que esses países, na maioria das vezes, eram diferentes entre si, alguns com problemas políticos e guerras civis. Portanto, esses problemas dificultaram muito o avanço de uma Integração mais efetiva, mais sustentável e criou entraves no processo de desenvolvimento econômico do bloco.

Nos primeiros anos da Independência de Guiné-Bissau optou-se pelo modelo de gestão da economia tipo direção centralizado, através da implementação de uma estratégia de crescimento econômico, baseado em investimento público, financiado em grande parte através de endividamento externo. Estas políticas conduziram a recorrentes desequilíbrios internos e externos, as finanças públicas registraram déficits significativos que foram financiados através do Banco Nacional da Guiné (BNG) quando este era ainda, em simultâneo Banco Central e banco comercial com poderes de emitir notas e moedas assim como desvalorizar a moeda para melhorar a competitividade da economia. Esta política resultou numa inflação forte e persistente com uma taxa média superior a 50% a dívida externa tornou insustentável e as reservas externas tornaram cada vez mais escassas (VAZ, 2015). Face a esta situação, em 1987 se deu início as reformas impostas pelo BM/FM para que a Guiné-Bissau pudesse beneficiar de financiamentos externos desta instituição. As reformas implementadas não vão ser suficientes para estabilizar a economia, assim em 1997 a Guiné-Bissau aderiu a União Económica Monetária dos Estados da África Ocidental (UEMOA).

Depois da adesão ao bloco, o Senegal vai se constituir no maior parceiro comercial da Guiné. Na verdade, importa mais deste do que o contrário. As exportações nesse caso são quase inexistentes, implicando, então, déficit na balança comercial com o bloco.

A Guiné-Bissau é um país muito vulnerável à restrição externa, pelo fato de que, ainda se encontra muito atrás dos outros países da sub-região, principalmente em infraestruturas e grandes investimentos.

O Objetivo desta monografia é entender os motivos que levaram a Integração da Guiné-Bissau na UEMOA e avaliar os impactos econômicos dessa Integração.

A metodologia que foi empregada neste trabalho consiste em pesquisa bibliográfica sobre a temática, e levantamentos de dados no Banco de Estados da África Ocidental (BCEAO). O período escolhido para analisar os dados foi de 1990-2008, infelizmente por falta de dados não foi possível fazer análise de comércio dentro do período estabelecido.

Esta monografia foi desenvolvida em três capítulos. O primeiro apresenta a fundamentação teórica da Integração Regional e Formato de Etapas. O segundo capítulo, a Integração na África; e, o terceiro, a Integração de Guiné-Bissau na UEMOA, incluindo a análise de Indicadores Econômicos.



## **CAPÍTULO I- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA INTEGRAÇÃO REGIONAL**

### **I. 1. Conceitualização**

A palavra integração significa reunião de várias partes num todo. Logo, tal palavra está ligada à ideia de unidade, de junção de elementos dispersos<sup>1</sup>. Assim, a Integração econômica pode ser definida como eliminação de fronteiras e barreiras de natureza econômica entre dois ou mais países, segundo o Machado (2001). Para este autor as “fronteiras econômicas estabelecem obstáculos aos fluxos de mercadorias, serviços e fatores de produção entre países, o que significa que as condições de produção, a regulação local e outros fatores internos operam em geral como os principais determinantes dos preços das mercadorias, serviços e fatores no âmbito do mercado nacional”. Portanto, é possível afirmar que o principal objetivo do processo de integração consiste na criação de mercados maiores, pelo fato de que mercados maiores funcionam de forma mais eficiente do que os menores.

A criação de mercados ampliados, com intuito de eliminar obstáculos ao fluxo de mercadorias, serviços e fatores de produção entre países, deveria propiciar não só melhor alocação de recursos como um incremento da concorrência, o que implicaria preços mais baixos, melhoria da qualidade dos produtos e aumento da produtividade dos fatores de produção<sup>2</sup>, benefícios que um país pequeno subdesenvolvido não alcançaria isoladamente.

Na perspectiva da Enes Ferreira (2007), a integração econômica consiste na aproximação, na interligação e, na fusão de economias separadas num espaço econômico unificado<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup>BALASSA, 1982, p.11.

<sup>2</sup>MACHADO, 2001.

De acordo com Balassa (1982), a integração é um processo pelo qual os Estados decidem transferir uma parte da sua soberania para uma entidade política soberana ou para instituições, no entanto este processo exige para além da correspondente manifestação de vontade, atitudes políticas conducentes a essa associação.

“Deste modo, a integração regional refere-se ao movimento para estabelecer ligações entre e em meio a um grupo de países dentro de um determinado espaço geográfico, motivado pelos interesses comuns e compartilhados para cooperação nas áreas de comércio e outros setores económicos, com vistas a alcançar uma zona de livre comércio e, subsequentemente, estabelecer uma união alfandegária”<sup>4</sup>.

A integração económica pode ser definida também como um processo e uma situação. Como processo, a integração “implica medidas destinadas à abolição de discriminações entre unidades económicas de diferentes Estados; como situação pode corresponder à ausência de várias formas de discriminação entre economias nacionais”<sup>5</sup>.

## **I. 2. Formato e Etapas**

Machado (2001) apresenta sete formas ou etapas distintas de integração económica, dispostas com base em ordenamento que pressupõe graus crescentes de integração económica e política<sup>6</sup>:

- **Zona Preferencial de Comércio ou acordos de cooperação comercial:** Essa forma de integração se caracteriza pela eliminação parcial das barreiras alfandegárias em geral, sob a forma de concessões mútuas (ou não) de redução de alíquotas, com ou sem fixação de cotas de importação, abarcando parte do universo tarifário sem que se tenha necessariamente de reduzir ou eliminar outras restrições ao comércio.
- **Zona de livre comércio:** Se caracteriza pela eliminação de tarifas aduaneiras e outras restrições ao comércio entre os países participantes, porém, todos os países mantêm suas

---

<sup>4</sup> Secretaria da ACP, 1997.

<sup>5</sup> BALASSA, Bela. Op. Cit., p.12.

<sup>6</sup> MACHADO, 2001.

próprias tarifas em relação aos não membros, quer dizer, em relação ao resto do mundo, mantendo tarifas aduaneiras diferenciadas;

- **União aduaneira:** Se caracteriza pela supressão de barreiras ao comércio entre países membros da união, porém estabelece uma barreira alfandegária comum contra os países não pertencentes á união, através da criação de tarifa externa comum (TEC). A operação de uma união aduaneira plena pressupõe ainda a harmonização dos instrumentos da política comercial e um elevado grau de convergência em relação aos efeitos de outras políticas nacionais que possam afetar o fluxo de comércio entre os países;
- **Mercado comum:** Se caracteriza pela abolição de barreiras comerciais e aos movimentos de fatores (capital e trabalho). Seu funcionamento pressupõe a harmonização dos instrumentos da política comercial, fiscal, financeira, trabalhista e de previdência social ou, pelo menos, a convergência de resultados em termos da gestão das políticas que possam afetar direta e indiretamente o fluxo intra regional de fatores de produção;
- **União econômica:** caracteriza-se pelo estabelecimento de uma autoridade supranacional que vela pela aplicação das políticas comuns, define critérios e identifica novas políticas objeto de harmonização e procura garantir convergência de resultados para o caso das políticas geridas em âmbito nacional. Evidentemente que esse estágio da integração envolve perda de soberania nacional na gestão de determinadas políticas. A coordenação de políticas cambiais com vistas a garantir maior estabilidade entre as paridades cambiais e a livre conversibilidade entre as moedas implica restringir a autonomia dos Estados nacionais na gestão de determinadas políticas;
- **A integração econômica total:** caracteriza-se pela criação de uma moeda única e de um banco central regional independente, configurando a formação de uma união monetária. Este estágio pressupõe a perda total de autonomia dos estados nacionais na gestão da política monetária;

- **A união política:** Se caracteriza pela instituição de uma federação de Estados com autoridade política unificada ou formação de uma confederação de Estados na qual apenas as áreas acordadas passam a ser objeto de controle de instituições supranacionais. Em geral, a formação de uma união política deve envolver cooperação em termos da política externa e de defesa.

Para o Machado “quanto maior a ambição em termos do grau de aprofundamento da integração econômica, maior o conjunto de políticas envolvidas no processo de negociação e maior a necessidade de alcançar harmonização ou buscar convergência/simetria de resultados<sup>7</sup>”.

---

<sup>7</sup> MACHADO, 2001, p.3.

## **CAPÍTULO II – PROCESSO DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA NA ÁFRICA**

### **II. 1. BREVE HISTÓRIA DA ÁFRICA**

#### **II. 1.1. O Processo da Colonização da África**

O início do processo Colonial Europeia em África teve marco com a presença dos navegadores portugueses nas Ilhas Canárias e rios da Guiné, no século XV (Galvão; Selvagem, 1950), até aos séculos XVI e XVII, com a presença de Ingleses e Franceses, e instalação de pequenos presídios e feitorias na costa litorânea nas diferentes partes desse continente (Pélissier, 1989). Durante o século XVII, intensificou o processo de comercio na costa ocidental, visto que as rotas comerciais que se davam para oriente e norte de África passaram a se desviar pelas rotas marítimas. Nesse sentido, o processo de exploração econômica intensificou-se no século XVIII com a criação de diversas feitorias agrícolas associadas ao comércio dos homens em condições de escravos, onde mais tarde (Carreira, 1984), o último quartel daquele século e todo século XIX vai ser marcado pelo domínio político e ocupação territorial através da política de pacificação, incentivada pela Conferencia de Berlim (campos, 2012).

Todo esse processo estava ligado à expansão marítima europeia, a primeira fase do colonialismo africano surge da necessidade de encontrar rotas alternativas para o Oriente e novos mercados produtores e consumidores. Isso ainda ficou mais evidente após a independência das colônias americanas e a revolução Industrial, no século XVIII, onde as grandes potências europeias passaram a dominar administrativamente os territórios africanos, para expandir o comércio e buscar novas fontes de matérias primas.<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> FRUCTUOZO, & AMARAL, 2009.

No período entre 1880 e 1935, foram observadas rápidas e grandes mudanças jamais vistas no continente africano, uma vez que num curto espaço de tempo, de 1880 a 1910, todo o continente foi conquistado e ocupado pelas potências imperialistas e, depois, pela instauração do sistema colonial<sup>9</sup>.

Segundo o Baohen (2010), “desenvolvimento desse drama foi verdadeiramente espantoso, pois até 1880, em cerca de 80% do seu território, a África era governada por seus próprios reis, rainhas, chefes de clãs e de linhagens, em impérios, reinos, comunidades e unidades políticas de porte e natureza variados, apenas algumas áreas bastante restritas da África estavam sob a dominação direta de europeus” (p.1). Em toda a África ocidental, onde se deu o início de primeiros contatos entre os africanos e europeus, essa dominação limitava-se as zonas costeiras.

A fase posterior a 1910 caracterizou-se essencialmente pela consolidação e exploração do sistema. Portanto, assistiu-se uma transformação extraordinária para não dizer radical dessa situação. Até 1914 a Libéria e a Etiópia eram os únicos países que não foram ocupados, a África inteira via-se submetida à dominação de potências europeias e dividida em colônias. Nessa época, aliás, a África não foi assaltada apenas na sua soberania e na sua independência, mas também em seus valores culturais<sup>10</sup>.

## **II. 1.2 A Conferência de Berlim**

Em meados do século XIX, o processo de expansão capitalista atinge seu ápice, devido às inovações tecnológicas que possibilitaram um crescimento considerável na produção, aumentando a demanda por matérias primas e novos mercados para a comercialização dos produtos, uma vez que o mercado interno europeu já não conseguia absorver toda oferta<sup>11</sup>. Assim, para atender essas necessidades, as potências industrializadas europeias voltaram suas atenções para o continente Africano, como provedor de matérias

---

<sup>9</sup>BOAHEN, 2010, p. 1.

<sup>10</sup> BOAHEN, 2010, p. 1.

<sup>11</sup> NASCIMENTO; VIANNA, 2010.

primas e um grande mercado para comercializar seus produtos para que pudessem continuar acumular riquezas<sup>12</sup>.

Em 1875 as potências, francesa, inglesa, portuguesa e alemã exerciam grande influência nos interesses comerciais que tinham em várias regiões da África, mas o controle político direto era muito reduzido. Isso começou a mudar depois de importantes acontecimentos entre 1876 e 1880<sup>5</sup>. O primeiro foi o interesse que o rei dos belgas (Leopoldo II) demonstrava pela África, fundar um império ultramarino na região da bacia do Congo; o segundo, foi a corrida de Portugal querendo estender seu império de Angola a Moçambique; o terceiro, por sua vez, foi o expansionismo da França e Grã-Bretanha que queriam o controle do Egito; por fim, o quarto foram os interesses a respeito da “livre navegação e do livre comércio nas bacias do Níger e do Congo” (HERNANDEZ, 2008, p. 59-61). Assim firmaram na Conferência de Berlim, a retaliação do continente de acordo com seus interesses, tornando legal a divisão arbitrária do continente africano. A ideia de uma conferência que permitisse resolver os conflitos territoriais engendrados pelas atividades dos países europeus na região do Congo foi iniciativa de Portugal, pois tinha receio de ser excluído do processo de partilha, e após consultar outras potências, Bismarck é encorajado a concretizá-la. Realizada em Berlim entre 19 de Novembro de 1884 e 26 de Fevereiro de 1885, com o fito de resolver os litígios territoriais na África central (UZOIGWE, 2010; VIZENTINI, 2011).

Segundo Hernandez (2005), boa parte das fronteiras foram conservadas, até os dias de hoje, durante o processo de retalhamento, e a carta geopolítica já estava basicamente pronta. Portanto, os direitos dos povos africanos, as especificidades históricas, religiosas, culturais e linguísticas foram desconsideradas. Ou seja, as novas fronteiras traçadas após a conferência de Berlim não coincidem com as fronteiras pré-colonial. A partilha da África foi feita de forma arbitrária e desrespeitosa, unindo tribos rivais e separando tribos aliadas. Um mesmo território abrigava várias tribos linguística e culturalmente diversas enquanto tribos maiores eram divididas. E isso contribuiu imensamente para muitos conflitos e guerras civis que subsistem até hoje em algumas partes do continente africano (FRUCTUOZO; AMARAL, 2009).

---

<sup>12</sup> FERNANDES, L., 2011.

Numa perspectiva mais econômica, Fernandes (2011) considera que o processo colonial, assim como neocolonial, foi fator relevante para o atraso do desenvolvimento do continente africano, pelo fato de que esses países foram “submetidos as ditames do colonialismo. Não lhes sendo permitido construir indústrias, os africanos tinham que comprar produtos industrializados europeus a preços que lhes eram estipulados” (p.96).

### **II. 1.3. O Processo de Descolonização: A África Independente e a Situação Neocolonial**

As potências colonizadoras passaram por duas grandes guerras que fustigaram a Europa. O processo de descolonização do continente africano teve início após Segunda Guerra Mundial, a partir disso, as metrópoles coloniais europeias se enfraqueceram e perderam sua influência, o domínio econômico e militar sobre suas colônias. Esses problemas, associados as campanhas, congressos e conferências feitos por alguns líderes africanos foram decisivos para a descolonização do continente<sup>13</sup>.

Em 1955, ocorreu em Bandung (Indonésia) a primeira Conferência Afro-asiática, patrocinada por países emergentes da Ásia, onde estes se comprometeram a ajudar a libertação dos povos oprimidos ali representados. Esse movimento colaborou para a descolonização africana que já vinha ocorrendo (SILVA, 2008).

A maioria dos países africanos conquistou independência na década 1960. Mais de uma dezena de países<sup>14</sup> tornou-se independente naquela década (Silva, 2008). Apesar disso, a descolonização do continente africano ocorreu de maneira desigual, algumas colônias conseguiram fazer acordo com os colonizadores e outras só após desencadearam conflitos que perduram por anos de guerras. Silva (2008) salienta que, nas colônias Inglesas, a

---

<sup>13</sup> FRUCTUOZO, & AMARAL, 2009.

<sup>14</sup> Na década de 1960 houve a maior explosão de independência, talvez da história da humanidade, tendo alcançado a autonomia os seguintes países africanos: CAMARÔES (1960) TUNÍSIA (1960) TOGO (1960) MALI (1960) SENEGAL (1960) MADAGASCAR (1960) CONGO FRANCÊS (1960) SOMÁLIA (1960) DAOMÉ (1960) NÍGER (1960) ALTO-VOLTA (1960) COSTA DO MARFIM (1960) CHADE (1960) REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA (1960) CONGO BELGA (1960) GABÃO (1960) NIGÉRIA (1960) MAURITÂNIA (1960) SERRA LEOA (1961) TANGANICA (1961) BURUNDI (1962) RUANDA (1962) ARGÉLIA (1962) UGANDA (1962) ZANZIBAR (1963) QUÊNIA (1963) REPÚBLICA DE ZAMBIA (1964) NIASSALÂNDIA (1964) GÂMBIA (1965) RODÉSIA DO SUL (1965) BOTSUANA (1966) LESOTO (1966) ILHAS MAURÍCIO (1968) SUAZILÂNDIA (1968) GUINÉ EQUATORIAL (1768). Disponível em: <http://historiageral13.blogspot.com.br/2010/01/independencia-africana-no-seculo-xx.html>.



descolonização teve um caráter em geral mais pacífico, ou seja, menos conflituoso, comparando com áreas colonizadas pela França ou Portugal. Conflitos que ocorreram em Argélia (Colônia Francesa), Angola, Guiné-Bissau entre outros (colônias Portuguesas) evidenciam este fato.

Para o Silva (2008), “as independências mostraram as fragilidades dos novos países, como as fronteiras herdadas do período colonial”, tais como falta de pessoas qualificadas para ocupar cargos administrativos dos estados independentes, assim como o neocolonialismo imposto pelas ex- metrópoles. Ele caracteriza o neocolonialismo como “relação de dependência e pela manutenção da exploração entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, numa relação de troca desigual” (p.127).

## **II. 2. A INTEGRAÇÃO REGIONAL INTRA-AFRICANO**

Os antecedentes do regionalismo na África surgiram com a proposta de movimento pan-africanismo de unificação do continente no final do século XIX e início do século XX, mas que ganhou força depois do 5º congresso do pan-africanismo realizando em Manchester em 1945, na qual os líderes africanos presentes reivindicaram a independência nacional dos seus territórios sob o jugo colonial (Ki-zerbo, 1972). A partir dessa data, o movimento pan-africanista passou a ser uma resposta ao processo de dominação colonial.

De acordo com Adedeji (2010), “a busca de objetivos nacionais da descolonização econômica encontrava-se subordinada a uma estratégia de integração econômica regional e a criação de instituições multinacionais com vistas a promover o desenvolvimento e engajar esforços de cooperação planejados”, ou seja, a integração regional africana surgiu como instrumento essencial à estratégia da descolonização da África nos anos 50.<sup>15</sup> No entanto, precisamente nos finais dos anos 50 e o princípio dos anos 60, surgiram várias propostas para a criação de instituições supranacionais e outras formas de cooperação econômica, dentre

---

<sup>15</sup> FERNANDES, J. 2007, p.67.

elas, a Comissão Econômica das Nações Unidas para África (CEA), criada em 1958. Cinco anos mais tarde foi fundada a Organização para Unidade Africana (OUA), “com o objetivo, entre outros, de superar as profundas divergências ideológicas daquela época, pondo fim às iniciativas exclusivamente políticas, avançando para a criação de uma organização de cooperação regional que privilegiasse os objetivos econômicos”<sup>16</sup>. Porém, apesar da questão da integração estar nos ideais desde esse período, seu processo só veio ganhar força a partir da década de 1990, como estratégias de promoção do desenvolvimento, sustentabilidade socioeconômica e a estabilidade política. Sua importância para acelerar e reforçar o desenvolvimento socioeconômico finalmente foi reconhecido depois de um longo tempo pelos tomadores de decisões africanos e atualmente, seus governos estão a dar maior credibilidade e atenção aos acordos regionais.<sup>17</sup> Portanto pode-se dizer que o processo de integração regional africana surgiu de duas formas: “em alguns casos, como modo de manutenção da relação colonial entre Estados vizinhos que pertencessem a mesma potência colonial e, em outros, a relação entre os Estados vizinhos apresentava-se como alternativa para superar os obstáculos herdados da colonização”<sup>18</sup>.

Na perspectiva de Penna Filho (2000), a integração regional africana se caracteriza pela associação formal de países geograficamente próximos e com forte tendência a aproveitar o legado deixado pela era colonial. As primeiras associações ocorreram em regiões colonizadas pelo mesmo colonizador e com algum tipo de vinculação econômica que vinha da era anterior à independência. Portanto, mesmo “independentes” esses países ainda tinham vínculo econômicos com as ex- metrópoles, fato que contrasta com desejo de vários líderes africanos<sup>19</sup>, assunto que mais para frente será abordado.

## **II. 2.1. Pan-africanismo**

O Pan-africanismo é definido com um “movimento político e cultural que considera a África, os africanos e os descendentes de africanos de além-fronteiras como um único

---

<sup>16</sup> Ibidem.

<sup>17</sup> FERNANDES, BOUKOUNGA, & FERNANDES, 2011.

<sup>18</sup> Ibidem.

<sup>19</sup> FILHO, 2000.

conjunto, e cujo objetivo consiste em regenerar e unificar a África, assim como incentivar um sentimento de solidariedade entre as populações do mundo africano” (ASANTE,2010). O movimento Pan-africanismo teve suas raízes fora da África, originado dos Afros descendentes das colônias inglesas do Caribe e dos EUA. A fase inicial do movimento era a promoção social e política dos negros na América. Entretanto com o passar dos tempos, voltou-se para a defesa da descolonização e do progresso sócio político da África<sup>20</sup>.

O primeiro evento transcendental desse movimento foi a conferência de Londres, realizada entre 23 e 25 de Julho de 1900, que reuniu cerca de 30 de líderes negros provenientes de Inglaterra, EUA e do Caribe<sup>21</sup>.

O pioneiro desta ideologia foi o sociólogo afro americano Willian E. Dubois, tendo organizado os cinco primeiros congressos pan-africanos, sendo três deles na Europa (1919, 1921, 1923) e um nos EUA em 1927, com a representação minoritária africana. Em 1945 no Manchester foi realizado o V congresso Pan-africano e, já com participação majoritária e relevante dos líderes africanos<sup>22</sup>, entre eles Kwamen N’krumah.

Uma vez que a causa é única, a existência de uma unidade cultural africana, o movimento se manifestou em vários aspectos. No político foram acordadas as necessidades de um programa de ação para a independência, organização de congressos, conferências que culminaram com a criação da Organização da Unidade Africana (OUA) em Adis-Abeba, Etiópia, no ano de 1963, cujo objetivo era defender os interesses dos africanos. No aspecto econômico, procurar soluções para os problemas do continente e o progresso, que exigiriam a cooperação para superar o atraso tecnológico. E no cultural, a promoção da identidade africana<sup>23</sup>.

A primeira iniciativa de integração surgiu do Kwamen Nkrumah<sup>24</sup>, que consistia em constituir a união Gana – Guiné (1958) e a união Gana-Guiné-Mali. Essa iniciativa foi a

---

<sup>20</sup> RIBEIRO, 2007, p.83.

<sup>21</sup> FERNANDES, 2011, p.122.

<sup>22</sup> Kenneth Kaunda (Zâmbia), Jomo Kenyatta (Quênia), Peter Abrahams (África do Sul), Hailé Sellasié (Etiópia), Julius Nyerere (Tanzânia), Namdi Azikiwe (Nigéria).

<sup>23</sup> RIBEIRO, 2007, p.84.

<sup>24</sup> Kwame Nkrumah líder político do Gana independente que chegou a autodeclarar primeiro-ministro vitalício foi, para muitos, essencialmente, um grande lutador e divulgador do pan-africanismo, numa permanente luta contra o que considerava a “balcanização” de África, ou seja, a sua fragmentação em pequenos Estados, como estratégia imperialista de dominação sobre o continente (Gana -1909 –

primeira etapa rumo ao tão almejado por ele à “União dos Estados Africanos”<sup>25</sup>. A segunda foi organizar o primeiro Congresso de Pan-africanista, também chamado Conferência dos Estados Independentes, realizado no solo africano, entre 15 a 22 de Abril de 1958, realizada em Acra (Gana), onde entre os convidados estavam William Du Bois, George Padmore que foi o conselheiro de Nkrumah. Neste acontecimento histórico tomaram parte todos os Estados independentes da África no momento, Egito, Líbia, Marrocos, Gana, Etiópia e Sudão, Libéria e a Tunísia<sup>26</sup>. Pela primeira vez a cooperação africana foi debatida no nível governamental<sup>27</sup>. Essa Conferência<sup>28</sup> assim como as demais<sup>29</sup> que foram realizadas subsequentemente

---

Bucareste -1972). Esta tese é apresentada profundamente desenvolvida em *África deve unir-se* (Lisboa, Ulmeiro, 1977). Nkrumah recebe uma educação privilegiada para a época passando pelas mais prestigiadas escolas de Acra. Em 1935 rumo aos Estados Unidos da América onde estuda e se diploma em áreas como arte, teologia, filosofia ou educação. Com um percurso acadêmico notável, desdobra-se em palestras no âmbito da ciência política na Universidade Lincoln. Por essa altura é eleito presidente da Organização dos Estudantes Africanos dos Estados Unidos e Canadá. Em 1945, ajudou a organizar o 5º Congresso Pan-Africano em Manchester. Em 1947 regressa ao Gana para assumir o cargo de Secretário-Geral da Convenção da Costa do Ouro Unida, uma organização partidária da independência das colônias. Nesta nova fase, dedica-se exclusivamente à política e faz um longo périplo pela Serra Leoa, Libéria e Costa do Marfim. Um ano depois, na sequência de protestos contra a carestia de vida, um pouco por todo o território Ganês, é preso por suspeita de envolvimento no processo. Este encarceramento dá uma grande visibilidade a Nkrumah, o que lhe confere, após a libertação pouco tempo depois, o estatuto de líder do movimento juvenil anticolonial ganês. Passa então muito tempo a viajar dentro do país e utiliza o seu prestígio para trazer para a causa independentista produtores de cacau, mulheres e sindicalistas. Em 1949, depois de todos estes contatos e recrutamentos, une diversos grupos num mesmo partido: a Convenção do Partido Popular. Após muitas negociações infrutíferas com o colono britânico, o novo partido põe de lado a tática diplomática e organiza greves, boicotes e outras táticas de desobediência civil, o que leva, em 1950, o líder do partido a ser novamente preso. Devido às fortes pressões internacionais e internas decorrentes da repressão e do colonialismo, a Inglaterra abandona o Gana. Dá-se a independência do Gana (1957), e partido de Nkrumah vence com uma expressão esmagadora as primeiras eleições e o seu líder irá chefiar os destinos do país. Procurou ajuda no bloco comunista. Em 1962 foi-lhe atribuído o Prémio Lenine da Paz. Em 1966 ele deposto por um golpe de Estado militar apoiado pelo Reino Unido, enquanto estava em Hanoi, no Vietnã do Norte. Nkrumah nunca voltou a Gana, tendo se exilado na Guiné.

Disponível em: <http://www.buala.org/pt/autor/kwame-nkrumah>

<sup>25</sup> ASANTE, 2010, p.875.

<sup>26</sup> Ibidem.

<sup>27</sup> KAMABAYA, 2003 apud FERNANDES, 2011.

<sup>28</sup> A primeira conferência de 1948, por exemplo, clamava pela eliminação das barreiras aduaneiras e de outros entraves ao comércio dos Estados africanos entre si, assim como pela conclusão de acordos de pagamento multilaterais com o intuito de desenvolver as trocas econômicas e lutar pela criação de um mercado comum. Foi justamente para reforçar este aspecto econômico, que foi criada, em 1958, a Comissão Econômica para a África da ONU (CEA).

proclamavam, entre outras, a constituição de um vasto mercado comum em escala continental, assim como a integração política ou a unidade política da África, onde Nkrumah vai ser o grande defensor e idealizador. No entendimento dele, “a unidade e mercado comum constituíam um pré-requisito indispensável ao rápido e total desenvolvimento, não somente do continente em sua totalidade, mas igualmente dos estados independentes associados no seio da união” (ASANTE, 2010).

O almejado projeto de um mercado comum continental, assim como unificação política não atraiu interesse de alguns dirigentes africanos opostos à união política. Pois, estes não estavam dispostos a transferir sua soberania a uma autoridade central. O neocolonialismo não era considerado para eles uma ameaça, a ponto de justificar tais medidas<sup>30</sup>.

Entre 1960 e 1964, houve um aumento expressivo de número de estados independentes, atingindo 33 países, portanto, isso prejudicou consideravelmente a ação integradora do pan-africanismo. O objetivo prioritário das conferências pan-africanas dos anos 1960 era intensificar a luta política, com vistas permitir aos países que ainda submetidos ao colonialismo conquistarem a sua independência<sup>31</sup>.

Ademais, os dirigentes dos novos países independentes consagraram sua atenção aos problemas domésticos (luta contra pobreza, a doença, ignorância, problemas territoriais etc.). Devido a essas prioridades, tensões e conflitos internos, era muito difícil para alguns chefes de estados independentes se engajar em uma política pan-africanista além de suas fronteiras.<sup>32</sup>

O Pan-africanismo vai sofrer, no entanto, problemas internos relacionados as correntes ideológicas existentes sobre o modo de realização da tão almejada unidade. Os dirigentes africanos se situaram em dois grupos opostos. De um lado, o grupo de Casablanca<sup>33</sup>

---

<sup>29</sup> A Conferência de 1958, realizada em Acra (Gana) foi sucedida pela Conferência dos Povos Africanos, igualmente organizada em Accra, no ano de 1958. Sobrevieram, posteriormente, a cúpula Guiné- Libéria realizada em Sanniquelli, em julho de 1959, a segunda Conferência dos Estados Africanos Independentes, na capital Monrovia, em agosto de 1959 e a terceira dentre elas, ocorrida em Addis- Abeba, no ano de 1960.

<sup>30</sup> ASANTE, 2010, p.876.

<sup>31</sup> Ibidem.

<sup>32</sup> Ibidem.

<sup>33</sup> O Grupo de Casablanca surgiu através de uma reunião convocada pelo rei Mohamed V, em Casablanca, de 3 a 7 de janeiro de 1961, da qual participaram 8 Estados (Gana, Guiné, Mali, Líbia, Egito, Marrocos, Argélia e Ceilan, representado pelo seu embaixador no Cairo). A Carta de Casablanca foi assinada por 6 dos 8 participantes (Egito, Gana, Guiné, Mali, Marrocos e Argélia), que defendiam que a realização da verdadeira unidade africana passa necessariamente por uma prévia

(progressistas), liderado pelo Nkrumah que era favorável à constituição de uma federação de estados africanos com estabelecimento de um governo supranacional e a supressão das fronteiras herdadas da colonização. Por outro, o grupo de Monróvia<sup>34</sup> (moderados) que defendia a uma “confederação maleável” de estados africanos, soberanos e independentes, que favorecesse uma participação e uma cooperação voluntárias no âmbito dos intercâmbios culturais e da interação econômica”<sup>35</sup>. Os seus membros eram particularmente inflexíveis no que toca a soberania e a integridade territorial de cada estado, eles desconfiavam das ambições de certos estados do grupo de Casablanca e temiam uma possível ingerência nos seus assuntos internos. Apesar de contradição no que toca ao supracitado, eram defensores favor da libertação total das outras colônias que ainda estavam sob jugo colonial, assim como criação da Organização pela Unidade Africana (OUA), em 25 de maio de 1963 (FERNANDES, 2007).

## **II. 2.2. A Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (UNECA OU ECA)**

A Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (ECA ou UNECA) foi criada em abril de 1958 pelo Conselho Econômico e Social da ONU, como um órgão subsidiário. Foi a primeira organização multinacional criada na África.<sup>36</sup> A comissão foi composta de representantes de países que ainda estavam sob domínio colonial, assim como de todos futuros Estados membros da OUA, criada cinco anos mais tarde. A comissão tinha como

---

libertação do continente do jugo colonial e de neocolonialismo, ou seja, de uma independência total sem cooperação com antigas potências coloniais (FERNANDES 2007, p.77).

<sup>34</sup> Grupo constituído na Conferência de Monrovia, realizada em maio de 1961. Nessa Conferência foram firmadas seis princípios diretores entre os 20 Estados africanos ali reunidos. São: a) igualdade absoluta dos Estados, qualquer que seja a sua superfície, a sua população e a sua riqueza; b) não ingerência recíproca nos assuntos internos dos Estados; c) respeito pela soberania de cada Estado e ao seu direito inalienável à existência e ao desenvolvimento da sua própria personalidade; d) condenação dos focos de subversão alimentados em certos países por Estados independentes; e) instauração de uma cooperação baseada na tolerância, na solidariedade e na recusa de toda e qualquer leadership por parte de qualquer dos Estados-membros; f) unidade compreendida não como integração política, mas como uma consonância de aspiração e de ação (KI-ZERBO, 1972, p. 398).

<sup>35</sup> ASANTE, 2010, p.877.

<sup>36</sup> ALEDEJI, 2010, p.490

objetivo lançar o processo de desenvolvimento econômico africano, inclusive em suas dimensões sociais, promover o desenvolvimento autossustentável em níveis regionais e sub-regionais, proteger o meio ambiente, acompanhar e reforçar as relações econômicas dos países e territórios do continente, tanto entre si quanto com outros países do mundo. Estes objetivos seriam alcançados mediante autossuficiência alimentar, reforço da base industrial, desenvolvimento dos recursos naturais, das tecnologias e dos serviços, bem como por meio do crescimento econômico coordenado e do avanço da cooperação e integração regional com os grupos sub-regionais (ALEDEJI, 2010; FERNANDES, 2007). Uma vez constatado que o procedimento mais viável, com vista a integração regional, consistia em promover estudos e elaborar planos de desenvolvimento econômico para África, uma das primeiras contribuições da ECA levando em conta o fator geográfico e cultural, foi à divisão da África em cinco sub-regiões: África Austral, África Central, África Ocidental, África Oriental e África do Norte (ALEDEJI, 2010; FERNANDES, , 2007; FERNADES, L. , 2011).

Atualmente, a Comissão de Trabalho da ECA se divide em sete programas: “(i) Centro Africano de Estatísticas, (ii) Segurança Alimentar e Desenvolvimento, (iii), Desenvolvimento Social e Gênero, (iv) Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs) e Ciência e Tecnologia, (v) Integração Regional e NEPAD, (vi) Comércio Finanças e Desenvolvimento Econômico e (vii) Governança e Administração Pública”.<sup>37</sup>

### **II. 2.3. A Organização da Unidade Africana (OUA)**

Na festa da comemoração da independência do Gana, em 1957, surgiu a ideia da criação da OUA. Os líderes africanos presentes na cerimônia de comemoração lançaram a ideia de criar uma entidade supranacional que conduzisse os outros países à sua conquista de libertação nacional. A partir disso, foram realizados dois encontros para criação dessa organização. O primeiro aconteceu em Abril de 1958 em Acra, capital de Gana, e o segundo realizado de 15 a 24 de Junho de 1960, em Addis Abeba, capital da Etiópia. Nesses encontros foram discutidos os problemas coloniais, a cooperação e a promoção da unidade africana

---

<sup>37</sup> FERNANDES, L. 2011, p.130.

como forma de unir esforços para desencadear uma frente comum contra a colonização e o neocolonialismo que fustigava o continente<sup>38</sup>.

Depois destas duas Conferências houve caloroso debate em torno do conteúdo político e econômico da unidade africana, isso se deve ao antagonismo ideológico entre Kwame Nkrumah, apoiado pelo grupo de Casablanca e Leopold Sedar Senghor, Nasser e Haile Selassie, apoiados pelo grupo de Monróvia. O debate em torno da temática já foi referido anteriormente, uma vez que se estendeu até a conferência da criação da OUA.

Apesar das divergências supracitadas, as diferenças vão ser superadas permitindo assim, em conferência da Addis Abeba, no dia 25 de Maio de 1963, que 32 países firmassem a Carta Constituinte da Organização da Unidade Africana (OUA). A criação da OUA se apresentava como um passo importante na história da África e também tornou mais ameno as disputas ideológicas e negociações entre as lideranças africanas vigentes na época (FERNANDES, J., 2007; FERNANDES, L., 2011).

Os principais objetivos OUA na época eram seguintes: “(i) promover a unidade e solidariedade entre os países africanos; (ii) coordenar e intensificar a cooperação para o desenvolvimento; (iii) defender a soberania, integridade territorial e independência dos estados africanos; (iv) erradicar o colonialismo da África sob todas as formas; (v) promover a cooperação internacional, respeitando a carta das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Para a concretização desses objetivos, a OUA coordenaria as políticas dos países em diversos setores: política e diplomacia, econômica, transporte e comunicações, educação e cultura, saúde, ciência e tecnologia, defesa e segurança”<sup>39</sup>.

A OUA nos primeiros anos da sua criação não possuía uma clara estratégia de desenvolvimento econômico e, perante essa lacuna, os países africanos adotaram o modelo de desenvolvimento elaborado pelas Nações Unidas através da UNECA. A OUA só começou a traçar sua própria estratégia de desenvolvimento, alicerçada no fortalecimento da integração africana e na promoção das trocas comerciais entre os diversos blocos, a partir da década de 1970, com influência de fóruns de países do terceiro mundo ou de países não alinhados.

---

<sup>38</sup> FERNANDES, 2007, p.76.

<sup>39</sup> FERNANDES, L., 2011, p.132.



A partir dessa etapa, a integração se converteu na estratégia fundamental da OUA rumo ao alcance do desenvolvimento<sup>40</sup>.

A criação de comunidades econômicas regionais em todas as regiões africanas foi uma das primeiras estratégias desenvolvimentistas desenhadas pela OUA. Comunidade dos Estados da África Ocidental (CEAO) em 1973 e a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), em 1975; Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) criada em 1979; Union do Magrebe Árabe (UMA) ressurgida em 1980 depois de uma vida desastrosa nos anos sessenta; Comunidade Econômica dos Estados da África Central (ECCAS) em 1981; Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) fundada em 1990. Mais recentemente, encontramos a União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) em 1994; Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA) em 1993; Comunidade dos Estados do Sahel-Saara (CEN-SAD) criado em 1998<sup>41</sup>.

A guisa da conclusão sobre a OUA pode-se dizer durante a primeira década da sua existência, os objetivos propostos não foram atingidos cabalmente, dando prioridade as ações políticas concertadas na libertação do continente dos problemas da colonização: Apartheid, conflito entre Estados-membros e crises políticas internas<sup>42</sup>.

## **II. 5. COMUNIDADE ECONÔMICA DOS ESTADOS DA ÁFRICA OCIDENTAL (CEDEAO)**

A Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental, cuja sigla em Inglês – ECOWAS, foi criada oficialmente em 28 de maio de 1975, quando representantes de 15 Estados da África Ocidental - Benin, Burkina Fasso, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné Conacri, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Mauritânia, Niger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo assinaram o Tratado de criação da Comunidade em Lagos, Nigéria. O Tratado entrou em vigor em julho do mesmo ano, após sua ratificação por sete Estados. Cabo Verde foi integrado em novembro de 1976, totalizando então 16 Estados-membros, o que ficou reduzido a 15 membros de novo após a saída da Mauritânia em 2002. Com a sede em Abuja, Nigéria, os 15

---

<sup>40</sup> Ibidem.

<sup>41</sup> Ibidem

<sup>42</sup> FERNANDES, J. , 2007, p.80.

Estados-membros, ocupam uma extensão territorial de 6,1 milhões de Km<sup>2</sup> e 220 milhões de habitantes<sup>43</sup>. O encontro entre os chefes de Estado e Ministros do Exterior, em 1976 marca o início das negociações deste bloco (FERNANDES, 2007; FILHO, 2000). Sete países<sup>44</sup> desta região formaram uma união econômica e monetária chamada de União Econômica e Monetária do Oeste Africano sob o compartilhamento do franco CFA, a moeda comum desses países, que será desenvolvido mais adiante.

**Figura 1:** Mapa ilustrativo dos países da CEDEAO



Fonte: <http://www.gbissau.com/?p=906>

De acordo com Filho (2000), a CEDEAO foi resultado dos esforços de integração regional iniciados na década de 1960. Ele considera quatro diferentes iniciativas que estariam basicamente na gênese da comunidade: “a) projeto liberiano, que preparou a Organização Interina para a Cooperação Econômica da África Ocidental; b) Conferência para Coordenação Industrial, realizada em Bamako, capital do Mali, e patrocinada pela Comissão Econômica para África e pela Organização para Agricultura e Alimentação (ECA/FAO-ONU), que visava principalmente o estabelecimento da indústria siderúrgica na região; c) Conferência de Niamey, capital do Níger, igualmente patrocinada pela Comissão Econômica para a África

<sup>43</sup> <http://www.cvinvest.cv/pt/sectors/ecowas>

<sup>44</sup> Benim, Burkina Faso, Costa do Marfim, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Senegal, Togo.

(ECA-ONU), que objetivou aumentar o alcance da integração econômica regional, ampliando a atuação da Comunidade Econômica da África do Oeste (CEAO), organização então atuante nos ex territórios franceses; d) a iniciativa conjunta patrocinada pela Nigéria e pelo Togo que finalmente levou à criação da ECOWAS em 1975”.

Segundo o Badi, citado pelo Fernandes (2011), a constituição da CEDEAO foi motivada por três fatores fundamentais, a saber: “criação de uma frente comum para lutar contra a dominação e a opressão das forças externas, por meio da cooperação entre os pequenos Estados da sub-região; o estabelecimento de uma economia forte e viável para acabar com a pobreza na zona, e a impossibilidade de desenvolvimento econômico isolado, devido ao pequeno mercado nacional e ao fracasso da estratégia de desenvolvimento da Comissão Econômica das Nações Unidas para África durante as décadas de 60 e 70” (p.152).

A ideia de promover a comunidade econômica entre os países da África Ocidental partiu da iniciativa da Libéria, em 1964. Em 1968, como desdobramento desta iniciativa, teve lugar em Monróvia a conferência dos chefes de Estados e Governo dos países da África Ocidental, onde nove países estiveram representados: Gâmbia, Gana, Guiné Conacri, Libéria, Mali, Mauritânia, Nigéria, Senegal e Alto Volta, atual Burkina Faso. Naquela ocasião foi discutida a necessidade de maior cooperação entre os Estados da região e de promover a integração econômica, assentando as bases da criação do bloco econômico<sup>45</sup>. Portanto, essa conferência permitiu a adoção de um Protocolo estabelecendo a constituição de um grupo regional africano, com o objetivo precípua de estreitar a cooperação regional em vários campos, assim como, discutiu a necessidade de se reduzir as barreiras tarifárias entre os países da região visando à formação, em última instância, de um Mercado Comum na África Ocidental (FILHO, 2000).

A iniciativa só não teve sucesso no início, pelo fato de que em termos regionais ficou limitada por causa da ausência de quatro países, Togo, Daomé, Níger e, principalmente, Costa do Marfim, que naquela época era segundo país mais rico na região. Costa do Marfim tinha uma forte resistência a uma aproximação com países anglófonos (Nigéria em particular). A falta de harmonização entre países anglófonos e francófonos criava entrave no processo da integração<sup>46</sup>. Além disso, entre 1968 e 1972, uma série de acontecimentos políticos agitou os

---

<sup>45</sup> FILHO, p.10.

<sup>46</sup> Ibidem

principais países da região, resultando em golpes militares – como em Gana e no Togo – e a Nigéria saindo do conflito civil conhecido por “Guerra de Biafra”<sup>47</sup>, que desestabilizou por determinado período a política e a economia da Nigéria (sem dúvida o país mais rico da África Ocidental) comprometendo momentaneamente a capacidade do governo nigeriano, fator considerado de suma importância, de articular a formação do bloco regional. Com a fase dos governos militares na região, os assuntos domésticos acabaram ganhando proeminência sobre os assuntos regionais, o que também ajudou a conter possíveis avanços no processo de integração<sup>48</sup>. Apesar disso, com passar do tempo a lição da guerra de Biafra acabou sendo o ponto da partida que a Nigéria tomou como base para tentar convencer seus vizinhos regionais sobre a importância da criação de uma entidade regional comum, isso porque durante o conflito, os separatistas Ibos receberam apoio de muitos países da região<sup>49</sup>.

Com apoio de Togo, o governo nigeriano desencadeou uma ação diplomática com vistas a harmonizar as relações com países francófonos, membros da Comunidade de Estados da África Ocidental (CEAO), e convencê-los sobre a necessidade de criar uma comunidade que englobasse todos os Estados da Região. Assim em 1973, cinco anos após a Conferência de Monróvia, os governos da Nigéria e de Togo promoveram a Conferência dos Ministros das Relações Exteriores da Região em Lomé, capital de Togo. Neste encontro, os representantes de 13 Estados da África Ocidental (os únicos ausentes foram Gâmbia e Guiné, sendo que a Guiné-Bissau, em franco processo de descolonização, foi representada por membros do movimento de libertação nacional, vinculados ao Partido Africano da Independência da Guiné Bissau e Cabo Verde, PAIGC) discutiram e elaboraram o esboço do Tratado de criação da ECOWAS. Antes da assinatura do Tratado Constituinte da Comunidade Econômica da África Ocidental, a proposta nigeriana foi amadurecida nas duas rodadas de negociações e discussões

---

<sup>47</sup> Um conflito causado pelo choque entre dois grupos étnicos: os *ibos* provenientes da província de Biafra e os *hausa*. Os ibos ocupavam altos cargos administrativos, portanto formavam a elite da sociedade nigeriana. Devido a algumas inconformidades com as autoridades governamentais, um grupo de oficiais do exército da étnia *ibo*, tomou o poder através de um golpe de Estado em 1966. Imediatamente, um contragolpe liderado pelos integrantes da étnia *hausa*, derrota os *ibos*. Ato seguido, os *ibos* foram perseguidos e massacrados em todo o país. Assim, a província de Biafra declarou sua independência, mas o governo nigeriano não aceitava, até porque Biafra é uma província rica em petróleo. Desta forma, iniciava o conflito que durou desde 1967 até 1970, quando o exército de Biafra se rendeu e foi incorporado novamente na Nigéria. Ressaltar que no conflito, morreram mais de um milhão de pessoas, a maioria delas eram do grupo étnico *ibo* (FERNANDES, 2011).

<sup>48</sup> Ibidem.

<sup>49</sup> FERNANDES, L., 2011, p.152.

durante o ano de 1974, em Acra e Niamey. Em 28 de maio de 1975 os representantes de 15 Estados reunidos na Conferência em Lagos, capital da Nigéria, finalmente firmaram o Tratado Constituinte da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) (FILHO, 2000; FERNADES, 2007).

Do ponto de vista institucional, a CEDEAO estruturou-se de seguinte maneira de forma a dinamizar os projetos, adotando a distribuição das funções entre vários órgãos, sendo eles: a) Conselho dos chefes de Estado e Governo, b) Conselho de Ministros, c) Parlamento Comunitário, d) Conselho Econômico e Social, e) Corte de Justiça da Comunidade, f) Secretaria Executiva, g) Fundo para Cooperação, Compensação e Desenvolvimento, h) Agência Monetária da África Ocidental e, i) Instituto Monetário da África Ocidental e Comissões Técnicas Especializadas, j) Banco Regional de Investimentos, k)<sup>50</sup>.

Os objetivos da CEDEAO são: “promover a cooperação e o desenvolvimento em todos os campos das atividades econômicas, para elevação do nível de vida da sua população, melhorar e manter a estabilidade econômica, fortalecer as relações entre seus membros e contribuir para o progresso e desenvolvimento do continente africano”<sup>51</sup>. O Tratado ainda prevê a harmonização e coordenação de políticas nacionais; a criação de um mercado comum mediante liberalização dos intercâmbios comerciais; estabelecimento de uma tarifa exterior comum e uma política comercial comum, a eliminação dos obstáculos a livre circulação de pessoas, bens e serviços; resolução pacífica dos conflitos; respeito, promoção e proteção dos Direitos Humanos; a criação de uma União Africana<sup>52</sup>.

O projeto da Cooperação da Comunidade tem ainda como meta promover a integração econômica em diversos campos, tais como: “indústria, transporte, telecomunicação, energia, agricultura, recursos naturais, comércio, assuntos financeiros e monetários e em assuntos sociais e culturais” (FILHO, 2000).

O Tratado da CEDEAO estimava a concretização da comunidade num espaço de 15 anos progressivamente em três etapas. Na primeira etapa, com uma duração de dois anos, os Estados-membros realizariam estudos e organizariam as instituições comunitárias. Ademais, seria proibido estabelecer novos direitos de importações e potenciar os já existentes. Na segunda, com uma duração de oito anos, o bloco ocupar-se-ia com a eliminação gradual dos

---

<sup>50</sup> FILHO, Op. Cit.

<sup>51</sup> BADI, 1992 apud FERNADES, Joel Alo, Op. Cit. P. 151.

<sup>52</sup> FERNANDES, L., p 154.

direitos aduaneiros e outros impostos entre os Estados-membros, a livre circulação de pessoas, serviços e capitais. Na terceira fase, correspondendo os restantes cinco anos, seria instituída uma Tarifa Externa Comum (TEC) ao comércio intracomunitário, mediante abolição das diferenças existentes entre as tarifas existentes dos Estados-membros<sup>53</sup>.

Passado 18 anos da assinatura do Tratado que sacramentou a sua criação, a CEDEAO não conseguiu materializar seus principais objetivos, devido às várias dificuldades encontradas, onde se destacam as seguintes: “a continuação das barreiras tarifárias e não-tarifárias, com o comércio intercomunitário permanecendo no mesmo nível de antes da conclusão do Tratado; a falta de complementaridade dos sistemas econômicos dos Estados-membros; a ausência de infraestruturas adequadas; conflito entre a Nigéria e a Costa do Marfim sobre o enfoque da Organização; a instabilidade política que se consubstancia nas mudanças sucessivas de governos; a falta de vontade política dos governos africanos centralizados na soberania nacional e a existência de um número excessivo de organizações regionais na África Ocidental, que frequentemente acabam por solapar seus objetivos e atividades”<sup>54</sup>.

De forma a reverter essa situação, em julho de 1993, representantes dos países membros da ECOWAS, reunidos em Cotonou (Benin), fizeram a revisão do Tratado de Lagos, o que resultou na assinatura de um novo Tratado, designado de “Revisão do Tratado da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental”. Neste novo documento os Estados membros reiteraram o desejo de integração e da necessidade de reforçar a cooperação entre eles para promover o desenvolvimento regional, reafirmando, destarte, a intenção dos países da região em atingir a zona de livre comércio, promover a união aduaneira e alcançar a união econômica e monetária, nos prazos previamente definidos<sup>55</sup>.

## **II. 6. UNIÃO ECONÔMICA E MONETÁRIA DO OESTE ÁFRICANO (UEMOA)**

As origens da atual UEMOA remonta a final da década de 1890, quando sete dos oito países da União (exceto a Guiné-Bissau) formavam parte da África Ocidental Francesa

---

<sup>53</sup> FERNADES, Joel Alo, Op. Cit.

<sup>54</sup> FERNADES, J. , p. 152.

<sup>55</sup> FILHO, P., 2000, p.13.

(AOF) e depois da Comunidade Franco Africana (CFA). As duas agrupações iniciais foram criadas pelo governo francês como estratégia de manter o controle efetivo em territórios da África Ocidental, mediante o estabelecimento de uma política comum nos domínios monetário, comercial e legislativo. Após este período, no dia 26 de dezembro de 1945, a França criou uma moeda para circular na AOF e na e na África Equatorial Francesa (AEF), denominada “Franco CFA”. A AOF e AEF no seu conjunto também recebem o nome da Zona Franco<sup>56</sup>, que segundo a UNECA (2006) corresponde o exemplo mais antigo de cooperação financeira entre um grupo de países menos desenvolvidos<sup>57</sup>.

Em 1962, depois das independências nacionais, os Estados que fazem parte da AOF criaram o Banco Central de Estados da África Ocidental (BCEAO) para substituir o Instituto da Emissão da AOF, que vigorava até a data, com a função de colocar novas moedas em circulação. Posteriormente, com a finalidade, entre outras, de manter a mesma moeda que vigorava na zona e a relação entre os Estados vizinhos que pertenciam à mesma zona colonial, os países da AOF criaram a União Monetária do Oeste Africano (UMOA) no dia 14 de novembro de 1973 entre Benin, Burkina Fasso, Costa do Marfim, Níger, Senegal e Togo, todos membros da antiga África Ocidental Francesa. O Tratado da Constituição foi concluído inicialmente entre a Costa do Marfim, o Daomé (atual Benin), o Alto Volta (atual Burkina Faso), a Mauritânia, o Níger e o Senegal. O Mali, que tinha assinado o tratado, não ratificou. Em novembro de 1973, o Togo aderiu a União ao passo e a Mauritânia retirou-se no final do mesmo ano e o Mali aderiu-a em 1984<sup>58</sup>.

A UMOA nasceu como um espaço monetário entre os seis Estados, sem a presença de uma política econômica comum. Esta ausência teve repercussão negativa para a Organização, somadas as crises econômicas e financeiras dos anos 80. Assistiu-se a duas importantes mudanças externas a partir de metade dos anos 80 : a desvalorização do dólar e a redução drástica de preços dos principais produtos de exportação dos países africanos. Isso aliado ao

---

<sup>56</sup> A Zona Franco significa conjunto de países de um determinado território que têm o Francês com língua oficial. No momento correspondia aos países que compõem AOF e AEF, que atualmente é a UEMOA (Benim, Burkina Faso, Costa do Marfim, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo) e os países da Comunidade Econômica Monetária da África Central (CEMAC) integrada por Camarões, Chade, Congo, Gabão, Guiné-Equatorial e República Centro Africana, respetivamente.

<sup>57</sup> FERNANDES, L., 2012.

<sup>58</sup> FERNANDES, J. , 2007, p.158; FERNANDES, L., 2012.

Programa de Ajuste Estrutural (PAE)<sup>59</sup> imposta pela FMI/BM nos países africanos, responsável pelo déficit no tesouro Público, diminuição das receitas fiscais e falta de investimento. Nos anos 90, a crise agravou-se ainda mais pela consequente desvalorização do Franco da Comunidade Financeira Africana (FCFA), moeda da União<sup>60</sup>.

Neste contexto de profunda crise que os Estados-membros da UMOA atravessavam, os dirigentes perceberam a necessidade de aprofundar o processo de integração para fazer frente à situação. Assim, foi proposto um novo programa capaz de impulsionar o processo de integração dentro da comunidade pelo governador do Banco dos Estados da África Ocidental (BCEAO), encarregado da gerência e condução da política monetária nos sete países-membros da União. Após alguns estudos realizados pela equipe de peritos (agentes econômicos, universitários e os especialistas das agências internacionais), o governador do BCEAO apresentou um relatório aos chefes de Estado e de Governo, reunidos na Conferência de julho de 1992, nos quais constavam as grandes linhas do novo projeto, entre as quais a passagem da união monetária para a união econômica como forma de superar as crises, mediante uma política econômica comum e o aprofundamento da integração na região<sup>61</sup>.

Devido a desvalorização de Franco CFA dois anos depois, os chefes de estados membros decidiram transformar, no dia 10 de janeiro de 1994, União Monetária da África Ocidental (UMOA) em União Econômica e Monetária da África Ocidental UEMOA, com a finalidade de assegurar a convergência das políticas macroeconômicas entre os países (FERNANDES, 2012).

Fernandes (2007) fazendo paralelo da UEMOA com a experiência da integração europeia frisa,

“Contrariamente à experiência de integração europeia, que buscou em primeiro lugar criar as condições básicas e necessárias para possibilitar a aproximação entre as economias dos Estados-membros como condição prévia para o estabelecimento da união monetária, a UEMOA,

---

<sup>59</sup> Na década de 80, quase todos os países africanos tiveram de se submeter aos Programas de Ajustamento Estrutural (PAE) criados pelo Banco Mundial (BM) e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). O objetivo era o de reduzir as despesas internas para poder pagar as dívidas (SANGREMAN; SOUSA; BARROS, 2006).

<sup>60</sup> FERNANDES, J. , 2007, p.158.

<sup>61</sup> Ibidem.



por sua vez, resulta de um salto qualitativo de uma união monetária para uma união econômica entre os setes Estados da África Ocidental” (p.159).

Portanto, a UEMOA nasceu como complemento da União Monetária da África Ocidental (UMOA), por meio da transferência de competências, conforme previsto nos artigos 2º e 112, e o Preâmbulo do Tratado da UEMOA (TUEMOA), que assim dispõe: “desejando completar, com efeito, a União Monetária da África Ocidental (UMOA) através de novas transferências de soberania e transformação desta União (UMOA) em União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), dotada de novas competências” (FERNANDES, 2007).

O Tratado apoia-se na moeda comum existente (Franco da Comunidade Financeira Africana – FCFA) na União Monetária da África Ocidental (UMOA) para desenvolver um espaço econômico integrado entre os Estados-membros, baseado, segundo Etienne Cerexhe e Louis le Hardy de Beaulieu, em cinco pilares<sup>62</sup>:

- i) a criação de um dispositivo multilateral de vigilância no âmbito da União, para assegurar a racionalização das políticas macroeconômicas, a coerência das políticas orçamentais dos Estados-membros com a política monetária comum e a realização de um grau aceitável de convergência das políticas econômicas destes países;
- ii) a efetivação de uma união aduaneira, que compreende o estabelecimento de uma tarifa externa comum (TEC) e a liberação das trocas de bens e serviço;
- iii) a criação de um mercado comum, assegurando a livre circulação das pessoas e dos capitais. Nesse sentido, a União velará pela simplificação e harmonização da fiscalização indireta entre os Estados-membros;
- iv) a harmonização das políticas setoriais, destacando-se a política agrícola, industrial, energia, ambiente, ordenamento do território, transporte, telecomunicações e assuntos sociais, e, a longo prazo, a sua unificação;
- v) por último, o Tratado prevê um sistema institucional supranacional estabelecendo que os Estados-membros consentem em abdicar de suas soberanias em prol das instituições comunitárias.

---

<sup>62</sup> Ibidem, p.160.

O Tratado entrou em vigor no dia 1 de Agosto de 1994 após a ratificação pelos Estados-membros e a Guiné-Bissau, em 2 de Maio de 1997 se converteu no oitavo membro num grupo que ainda se conta com Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Mali, Níger, Senegal e Togo<sup>63</sup>.

**Figura 2: Mapa ilustrativo dos países da UEMOA**



**Fonte:** <http://www.journaldumali.com/article.php?aid=9138>

A UEMOA se propôs a prosseguir um conjunto de objetivos, dentre os quais se destacam as seguintes<sup>64</sup>:

- i) Reforçar a competitividade das atividades econômicas e financeiras dos Estados-membros no quadro do andamento e abertura concorrencial num ambiente racional e harmônico;
- ii) Assegurar a convergência das performances e políticas econômicas dos Estados-membros para o estabelecimento de um procedimento de vigilância multilateral;
- iii) Criar entre os Estados-membros um mercado comum baseado na livre circulação das

---

<sup>63</sup> Ibidem.

<sup>64</sup> Ibidem.

- pessoas, bens, serviços, capital e o direito de estabelecimento de trabalhadores assalariados ou privados, assim como uma política comercial e tarifa exterior comum;
- iv) Instituir uma coordenação das políticas setoriais nacionais para a missão de abertura das ações e políticas comuns, sobretudo dentro dos seguintes domínios: recursos humanos, controle espacial, agricultura, energia, indústria, minas, transporte, infraestrutura e telecomunicação;
  - v) Harmonizar na melhor medida o bom funcionamento do mercado comum, as legislações dos Estados-membros e particularmente o regime de fiscalização.

Os organismos que garantem o funcionamento da UEMOA são<sup>65</sup>:

- i) Órgãos de Direção, compreendendo a Conferência de Chefes de Estado e de Governo, o Conselho de Ministros e a Comissão da União;
- ii) Órgãos de Controle, compreendendo Comitê Interparlamentar (substituído pelo Parlamento da União, por determinação do Tratado modificado de 29 de janeiro de 2003); Tribunal de Justiça e Tribunal de Contas;
- iii) Órgãos Auxiliares, compreendendo o Comitê de Peritos, a Câmara Consular Regional e outros órgãos consultivos;
- iv) Instituições Especializadas Autônomas, reunindo o Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) e o Banco Oeste Africano de Desenvolvimento (BOAD), principais responsáveis pela política monetária e creditícia da União.

Os Estados membros da UEMOA engajam-se assim em termos de política comercial a<sup>66</sup>:

- i) Eliminar as barreiras tarifárias e não tarifárias e todas as taxas e medidas de efeito equivalente sobre as trocas entre os países membros, sob reserva do respeito pelas regras de origem da União;
- ii) Estabelecer uma Tarifa Exterior Comum (TEC);
- iii) Instituir regras comuns de concorrência;

---

<sup>65</sup> FERNANDES, 2012.

<sup>66</sup> SANTOS, 2009.

- iv) Instituir a livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais e o direito a estabelecimento;
- v) Implementar um sistema de normas harmonizadas bem como procedimentos de certificação e de controle de qualidade.

Trata-se por isso de criar uma União Aduaneira comum a zona de troca livre no interior da União e no exterior uma fronteira aduaneira comum.

Considerando os impactos da unificação dos mercados nacionais sobre a economia e sobre as finanças públicas dos Estados da União, o Tratado previu a criação dos fundos de compensação e desenvolvimento, para além dos fundos estruturais destinados ao financiamento de um ordenamento equilibrado do território comunitário (SANTOS, 2009).

Segundo o Fernandes (2007) a UEMOA tem dado passos significativos como organismo de cooperação econômica, sendo considerada hoje uma dos blocos econômicos mais desenvolvidos depois da União Europeia. A União aduaneira no seio da UEMOA ficou efetivada desde 2000 através da aplicação de uma Tarifa Exterior Comum (TEC) e de um Regime Tarifário Preferencial de taxa zero. (SANTOS, 2009).

Relativamente ao regime das trocas no interior do bloco, segundo o Santos (2009), se caracteriza por um Regime Tarifário Preferencial que evolui de forma progressiva de 1 de Julho de 1996 a 31 de dezembro de 1999. Portanto, os produtos industriais originários de países membros circulam livremente isentos de todos os direitos de taxas de entrada, e formalmente sem entraves administrativos.

O que evidencia o supracitado, é o fato de que já nos finais de 2000, cerca de 1845 produtos produzidos industrialmente de 419 empresas da União já circulavam dentro do território do bloco isentos de direitos de entrada (SANTOS, 2009).

## **II. 6.1. Banco Central de Estados da África Ocidental**

O BCEAO é um estabelecimento público com sede em Dakar (Senegal) responsável pela política monetária dos oito Estados-membros da UEMOA. Foi Criado no dia 12 de maio de 1962, em todas as capitais dos Estados-membros tem uma agência nacional assim como

um escritório de representação em Paris. O BCEAO tem apoiado a gestão da política monetária dos Estados-membros, a manutenção das contas do tesouro e a definição das leis bancárias aplicadas aos estabelecimentos financeiros da União<sup>67</sup>.

Os objetivos do BCEAO são seguintes: “a emissão monetária, em todos os Estados-membros e gestão da política monetária definida como o controle da oferta da moeda e das taxas de juro que garantam a liquidez ideal dos países da UEMOA. Esta política visa ajustar a liquidez da economia em função da evolução da conjuntura econômica para garantir a estabilidade de preço e promover o crescimento econômico; a organização e supervisão da atividade bancária, definindo a regulamentação aplicável nos bancos e estabelecimentos financeiros; a assistência aos Estados-membros, a pedido dos respectivos governos nas suas relações com as instituições monetárias internacionais”<sup>68</sup>.

Quanto a instituição administrativa está estruturada de seguinte modo<sup>69</sup>:

(i) “Um Governador, nomeado pelo Conselho de Ministros das Finanças, cuja duração de mandato é de seis anos renovável. O Governador organiza os serviços e as atividades do BCEAO, executa as decisões tomadas pelo Conselho de Ministros e as adotadas pelo Conselho de Administração que preside. Ainda no cumprimento de suas funções, o Governador é assistido por dois vice-governadores nomeado pelo Conselho de Administração por um período de cinco anos renovável por mais um mandato”.

(ii) “Conselho de Administração. Composto por dois membros oriundos de cada um dos países-membros é responsável pela boa execução das diretivas dadas pelo Conselho de Ministros, de determinar as operações do Banco Central e fixar suas taxas e condições de execução. Também, define as regras que se impõem aos Comitês Nacionais de Crédito no exercício das suas competências”.

(iii) “Comitês Nacionais de Créditos (CMC). Um CNC tem sua sede junto à agência do Banco Central em cada um dos Estados-membros e é composto pelo Ministro das Finanças que o preside, por dois administradores e outros quatro membros nomeados pelo governador do BCEAO e por um representante da França. Sua função é determinar o montante global dos valores que o Banco Central pode conceder ao financiamento da atividade econômica em cada país da União e as modificações dos estatutos do Banco que

---

<sup>67</sup> FERNANDES, 2011.

<sup>68</sup> Ibidem.

<sup>69</sup> Ibidem.

devem ser submetidos à alteração pelo Conselho de Ministros da União”.

## **II. 6.2. Banco Oeste Africano de Desenvolvimento (BOAD)**

O Banco Oeste Africano de Desenvolvimento (BOAD) foi criado pelo acordo de 14 de novembro de 1973, tem por objetivo promover o desenvolvimento equilibrado dos Estados-membros e realizar integração econômica na África ocidental. Sob a direção do Conselho de Ministros da UEMOA, o BOAD é administrado por um Presidente e um Conselho de Administração. A nomeação do Presidente é feita pelo Conselho de Ministro da União por um período de seis anos renovável por mais um mandato, e tem como a função, fazer aplicar as disposições dos estatutos dos mesmos e das convenções concluídas pela instituição a que preside, assim como presidir o Conselho de Administração do BOAD e convocar as reuniões. O cargo da presidência deve ser rotativo de forma a chamar a esta função um cidadão de cada um dos países-membros da União. Na execução das suas atribuições, o Presidente é assistido por um vice-presidente que é nomeado pelo Conselho de Administração por um período de cinco anos renováveis.

O Conselho de Administração é composto pelo Presidente do BOAD, por um representante titular e um suplente nomeado por cada um dos Estados-membros e pelo Governador do BCEAO. O Conselho de Administração responde pela decisão de aumento ou redução do capital do banco e aprova as decisões tomadas na participação do capital de empresas ou de instituições, assim como determina as regras gerais de atribuições e garantias consentidas pelo banco.

Como banco de financiamento, o BOAD canaliza seus financiamentos para a construção de infraestruturas necessárias ao desenvolvimento e a melhoria das condições dos meios de produção; o estabelecimento de novas atividades; a elaboração e a apreciação técnica e financeira de projetos de desenvolvimento<sup>70</sup>.

---

<sup>70</sup> Ibidem.

## CAPITULO III–GUINÉ-BISSAU NO SEIO DA UEMOA- ANÁLISE DE INDICADORES ECONÔMICOS

### III. 1. Breve contextualização

A República da Guiné-Bissau (GB), cuja capital é Bissau, está situada na costa da África Ocidental. Faz fronteira com o Senegal, ao norte e ao leste e sudeste com a Guiné-Conacri, e ao Sul e Oeste, banhado pelo Oceano Atlântico. Além do território continental, incluem 88 ilhas Ilhéus que constituem Arquipélagos dos Bijagós<sup>71</sup>, das quais 20 são habitadas. O conjunto equivale a 36.125 km<sup>2</sup>, com uma população estimada 1,664 milhões (2012) segundo o Banco Mundial.

Figura 3: Mapa ilustrativo de República da Guiné-Bissau



**Fonte:** <http://www.didinho.org/guinebissau.htm>

O português é a língua oficial e o crioulo a língua franca. Além dessas duas línguas de referências, ainda são faladas várias outras línguas africanas.

Antes da chegada dos europeus, constituía uma parte do reino de Gabú<sup>72</sup>, tributário do Império Mali. Este território foi colonizado por Portugal, cujos navegadores, no âmbito de um projeto de descobrimento marítimo, foram os primeiros europeus a desembarcar nestas costas, em 1446. Inicialmente a presença portuguesa resume-se a entrepostos comerciais. Só após a Conferência de Berlim, em 1885, que uma ocupação efetiva foi feita.

Em 1956, com a criação do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), liderado pelo Amílcar Lopes Cabral, começou a mobilização para a luta de libertação nacional.

Quando o PAIGC, liderado pelo Amílcar Lopes Cabral perde as esperanças de conseguir uma solução negociada com as autoridades colônias portuguesa, a luta armada vai ser solução mais viável. Assim, em 23 de Janeiro 1963, os combatentes de PAIGC iniciaram suas operações iniciais no Sul, e em junho do mesmo ano, no Norte.

Amílcar Cabral foi assassinado por um grupo de mercenários dissidentes do partido que trabalhavam para o regime colonial no dia 20 de janeiro de 1973, sem assistir ao triunfo da luta pela a independência da Guiné- Bissau e Cabo- Verde, que finalmente vai ser

---

<sup>72</sup> O Reino de Gabu, também conhecido por outros nomes, como: *Kaabu*, *Ngabou* ou *N'Gab*, foi um reino da etnia mandinga que existiu entre 1537 e 1867 na região da Senegâmbia, centrado no atual nordeste da Guiné-Bissau, mas estendendo-se à Casamansa, no Senegal, cuja ascensão se deu na região graças à sua origem como antiga província do Império de Mali. Após o declínio do Império Mali, Gabu tornou-se um reino independente.



conseguida em 24 de setembro de 1973. Todavia, Portugal só reconheceu-a no dia 10 de Setembro de 1974, após a revolução dos Cravos<sup>73</sup>, assim sendo primeira colônia portuguesa no continente africano a ter a independência reconhecida por Portugal. Então, a província da Guiné Portuguesa deu lugar a uma Guiné-Bissau governada pelo PAIGC, em regime de partido único, que iniciou a construção de um estado socialista<sup>74</sup>, com o Luís de Almeida Cabral como o primeiro Presidente da República.

No início dos anos 1980 os antigos conflitos internos da luta de libertação entre os Guineenses puros e Cabo-Verdianos voltaram, onde estes últimos eram, na sua maioria, nascidos na Guiné, mas descendentes de oriundos de Cabo-Verde. Entre eles o próprio presidente da República da GB na época, os primeiros alegavam certo favorecimento dos Cabo-verdianos em detrimento a eles.

Assim, em 14 de Novembro de 1980 Luís Cabral foi derrubado por João Bernardo Vieira e uma junta militar revolucionária por este liderada assumiu a governação. Este golpe foi batizado de “Movimento Reajustador”, dado que, na perspectiva dos revoltosos, não só Cabo Verde estava a ser beneficiado na administração conjunta dos dois territórios, como, também, os cabo-verdianos tinham demasiada relevância na administração da Guiné. Este movimento, reflexo da clivagem entre elites pretas, por um lado, e mestiças, por outro, é levado a cabo por um guineense “puro” em busca da recompensa que considera justa pelo seu papel na luta de libertação nacional. Inaugura-se aqui o período em que a classe política é formada pelos que se advogam legitimidade história advinda, evidentemente, da “luta”. Os intelectuais de origem cabo-verdiana são afastados, sobretudo pelo ressentimento face à sua origem sociocultural, acesso à educação e funções na administração colonial. Portanto, o movimento coloca a direção militar nas funções políticas e administrativas de estado, e o João Bernardo Vieira vai se afirmar como chefe de estado e do Governo, assim como Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas e líder do PAIGC (partido único), constituindo uma equipa governamental cuja prioridade anunciada é o desenvolvimento económico<sup>75</sup>.

---

<sup>73</sup> A **Revolução dos Cravos**, denominada historicamente **Revolução de 25 de Abril**, refere-se a um período da história de Portugal resultante de um movimento social, ocorrido a 25 de abril de 1974, que depôs o regime ditatorial do Estado Novo, vigente desde 1933, e iniciou um processo que viria a terminar com a implantação de um regime democrático e com a entrada em vigor da nova Constituição a 25 de abril de 1976, com uma forte orientação socialista na sua origem.

<sup>74</sup> PINTO, 2009.

<sup>75</sup> Ibidem.

Neste sentido, em 1986 abriu tenuemente a economia ao sector privado, e por força de imposições externas, abriu também caminho para o processo de transição democrática (pluripartidarismo e surgiram assim vários partidos de oposição ao PAIGC, até então partido único), destacando-se entre elas a matriz econômica<sup>76</sup>.

No início da década de 90 começam as reformas com vista à democratização da vida política guineense, na sequência de pressões internas e internacionais. E em Janeiro de 1991, durante o II Congresso Extraordinário do PAIGC, o Presidente Nino Vieira anunciou o início da democratização do país, tendo para o efeito sido alterada a Constituição, de modo a permitir o pluralismo político, a liberdade de expressão, associação, reunião e de imprensa. A reforma constitucional de 1991 afirma, além disto, o estabelecimento de uma economia de mercado livre. As eleições legislativas e presidenciais anunciadas inicialmente para Novembro de 1992, após consecutivos adiamentos, realizam-se em 3 de Julho de 1994 – as primeiras eleições pluripartidárias da Guiné-Bissau. O PAIGC conquistou a maioria dos lugares na Assembleia Nacional Popular (ANP), mas a vitória de “Nino” só foi confirmada após novo sufrágio em 7 de Agosto, uma vez que em Julho não obteve maioria absoluta, obrigando segundo turno, onde acabou sendo eleito por mandato de 5 anos (SANGREMAN; SOUSA; BARROS, 2006; PINTO, 2009).

No dia 2 de Maio de 1997 num acordo assinado em Dakar, a Guiné-Bissau adotou o FCFA (Franco da Comunidade Financeira Africana), como moeda, integrando-se assim à UEMOA (BCEAO assume as funções do banco central do país) que alberga países, antigas colónias da França, sendo único país lusófono dentro da comunidade. (MENDES, 2013).

No dia 7 de Junho de 1998 sucedeu-se primeiro episódios de instabilidade política após a abertura democrata, onde Brigadeiro Assumane Mané [que tinha sido recentemente demitido da função de Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, por alegada “incúria no tráfico de armas para os independentistas do Casamança (Senegal)”] levou a cabo um plano de golpe que destitui ao presidente João Bernardo Nino Vieira, mergulhando o país num sangrento conflito militar durante 11 meses de duração, com consideráveis perdas humanas (PINTO, 2009).

Depois do conflito militar, o país foi dirigido por um governo de transição, que criou condições para realização de novas eleições presidenciais em Novembro de 1999, cujo

---

<sup>76</sup> Ibidem.

segundo turno realizado em janeiro de 2000. Dr. Koumba Yala saiu como vencedor, posteriormente também deposto em 2003. Desde abertura democrata nenhum governante conseguiu terminar o mandato sem ser deposto.

De 1998 a 2012, a Guiné Bissau ficou marcada por enormes instabilidades políticas e sociais. A partir disso, pode-se dizer que é um “país “frágil”, onde os conflitos militares e político-sociais são uma constante, dilacerando a destruindo a estrutura da sociedade guineense<sup>77</sup>”. Esses conflitos internos acabam minando quaisquer avanços para um desenvolvimento econômico sustentável.

## **III. 2. Motivos que levaram adesão da Guiné-Bissau à UEMOA**

### **III. 2.1. Situação Econômica e as Reformas**

De acordo com alguns analistas políticos “a vida de GB independente caracteriza-se por duas fases distintas: a “Socialista”, de 1974 a 1981, e a “Liberal” que se seguiu a 1981 até aos nossos dias. Contudo, na opinião dos autores, podem ainda ser identificadas outras fases igualmente importantes no percurso trilhado pelo País<sup>78</sup>”.

Depois da luta armada que culminou com a independência em Setembro de 1974, a Guiné-Bissau decidiu criar a sua própria moeda nacional, o Peso guineense, substituindo a moeda portuguesa, o Escudo, através de uma reforma monetária feita em Março de 1976. Assim, foi criado o “Banco Nacional da Guiné” (BNG), que funcionava como um Banco Central, a Caixa de Tesouro e o Banco Universal<sup>79</sup>. Mas, em 1983, numa das primeiras reformas feitas após o golpe de estado, BNG foi dividida em dois departamentos: Departamento Monetário, com funções de um Banco Central e do Departamento Banking com as funções de um Banco comercial de Desenvolvimento<sup>80</sup>.

---

<sup>77</sup> SANGREMAN; SOUSA; BARROS, 2006.

<sup>78</sup> Ibidem, p.22.

<sup>79</sup> MENDES, D. , 2012, Tradução nossa.

<sup>80</sup> Ibidem.

Segundo o Vaz (2015), nos primeiros anos da Independência da GB optou-se pelo modelo de gestão da economia tipo direção centralizado, através da implementação de uma estratégia de crescimento económico, baseado em investimento público, financiado em grande parte através de endividamento externo. Estas políticas conduziram a recorrentes desequilíbrios internos e externos, as finanças públicas registraram déficits significativos que foram financiados através BNG quando este era ainda, em simultâneo Banco Central e banco comercial com poderes de emitir notas e moedas assim como desvalorizar a moeda para melhorar a competitividade da economia. Esta política resultou numa inflação forte e persistente com uma taxa média superior a 50%, a dívida externa se tornou insustentável e as reservas externas tornaram-se cada vez mais escassas<sup>81</sup>.

Face a esta situação em Novembro de 1986, o Governo da GB aprovou o Programas de Ajustamento Estrutural (PAE)<sup>82</sup> por um período de sete anos, isto é, até 1993 com etapas de estabilização (1987-89) tendo em vista restituir os equilíbrios macroeconómicos, internos e externos e a etapa de desenvolvimento autossustentado (1990-1993). Pretendia-se a redução do papel do Estado, a liberalização do comércio interno, terminando com o monopólio estatal nas atividades comerciais, e a racionalização do investimento do Estado, reestruturação e privatização (CRUZ, 2007; SANGREMAN; SOUSA; BARROS, 2006).

No período compreendido entre 1987-89 a Guiné-Bissau deu início a um programa de reformas, suportadas por dois acordos de PAE e dos créditos para ajustamento estrutural da Associação internacional para Desenvolvimento (IDA). O controlo de preço e monopólio estatal do comércio foram eliminados, exceto os relacionados a produtos petrolíferos e serviços de utilidade pública, e a reforma do setor financeiro foi completada com a separação de funções comerciais, de desenvolvimento, e do banco central<sup>83</sup>.

As reformas estruturais implementadas neste período, embora tenham contribuído para aceleração de crescimento económico, a implementação deficiente das políticas fiscal e monetária, aliada as condições exógenas adversas, teve por consequência a deterioração da posição externa e altas taxas de inflações. Perante o ocorrido, as autoridades redobram seus esforços de ajustamento, através da implementação da segunda etapa do PAE (1990-1992)

---

<sup>81</sup> VAZ, 2014.

<sup>82</sup> Na década de 80, quase todos os países africanos tiveram de se submeter aos Programas de Ajustamento Estrutural (PAE) criados pelo Banco Mundial (BM) e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). O objetivo era o de reduzir as despesas internas para poder pagar as dívidas (SANGREMAN; SOUSA; BARROS, 2006).

<sup>83</sup> PROGRAMA PLURIANUAL DE CONVERGÊNCIA, 2000.

que foi concebido com objetivo de executar as reformas sociais, monetárias, financeiras e de privatizações. Este programa foi suspenso em 1992 devido ao não cumprimento de certas condições assumidas, principalmente na matéria de política financeira <sup>84</sup>.

Os setores de produção direcionados para a importação e a exportação foram os mais penalizados após a implementação do PAE. De 1988 a 1993 a inflação manteve-se igual à desvalorização, não se conseguindo diminuir as importações nem tão pouco estimular as exportações<sup>85</sup>.

A dívida externa aumentou de 473 milhões de dólares para 631 milhões entre 1987 e 1992, dados os diversos reescalonamentos por falta de pagamento. De acordo com Van Maanen, citado pelo Sangreman; Sousa; Barros (2006), o país tinha uma dívida de mais de 3000% do PIB, dada a receita da exportação prevista. No período de 1986/93 a inflação atingiu uma média anual de 64%, enquanto a desvalorização da moeda foi de 80% <sup>86</sup>.

Relativamente as privatizações de empresas públicas, não passaram de simples transferências dos bens públicos para as mãos de uma elite política em processos pouco transparentes. Citando Bert Van Maanen, (1996, p.38) “*Um certo número de empresas foi parar às mãos de políticos, entre os quais seus antigos Directores*”. Foi um processo que decorreu, primeiramente sem mecanismos de controlo e de fiscalização, nomeadamente, de instrumentos legais. Em termos gerais, pensa-se que os processos de privatização das empresas públicas teria como finalidade libertar o Estado desse peso, gerar mais emprego e consequente aumento da receita pública. No caso em estudo, nenhum desses objetivos foi alcançada na medida em que o próprio Estado guineense, em presença de uma débil classe empresarial nacional, teve de conceder empréstimos, não gerou receitas e ainda viu engrossar o número de desempregados<sup>87</sup>.

Em consequência da suspensão da segunda etapa de PAE, foi implementado outro programa de estabilização denominado “Programa Sombra” para reduzir os desequilíbrios macro financeiras e estruturais com a elaboração de quadro de Política Económica e Financeira (PFP) para o período 1994-97<sup>88</sup>. Posteriormente vieram sucessivas PFP e os acordos de Programa

---

<sup>84</sup> Ibidem.

<sup>85</sup> SANGREMAN; SOUSA; BARROS, Op. cit. P.22.

<sup>86</sup> Ibidem.

<sup>87</sup> CRUZ, 2007, p.63.

<sup>88</sup> PROGRAMA PLURIANUAL DE CONVERGÊNCIA, 2000.

Reforçado de Financiamento para Ajustamento Estrutural (ESAF), os quais, entre outros resultados preparou o caminho para adesão da UEMOA<sup>89</sup>.

O desempenho econômico da economia, no âmbito do programa apoiado pelo 2º acordo anual de ESAF, foi satisfatório. Portanto, em 1996, a taxa de crescimento real do PIB aumentou para 4,6%, todos os critérios quantitativos do desempenho foram cumpridos, todavia, no 2º semestre de 96 verificaram-se alguns deslizes orçamentários já com a acumulação temporária dos atrasados de pagamentos externos e aumento de inflação<sup>90</sup>.

### **III. 2.2. Processo de adesão da GB na UEMOA**

A Guiné-Bissau sentiu a necessidade de integrar a UEMOA por ter vivido anos de desequilíbrios macroeconômicos marcantes nomeadamente, uma depreciação do Peso (ex-moeda local), um sistema financeiro deficiente, um déficit persistente das contas externas e das finanças públicas, um mercado pouco atrativo aos investidores e com a estrutura de produção pouco diversificada, com a castanha do caju a constituir 90% do valor das exportações totais do país. Esses fatores, somados ao fato de que o Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e a poupança eram baixos devido a não conversibilidade da sua moeda<sup>91</sup>.

O contexto econômico da sub-região também foi determinante na escolha de Franco CFA para substituir o Peso guineense. A debilidade do setor industrial e a falta de infraestrutura adequada obrigava o país a importar quase todos os produtos.

A primeira tentativa de adesão da GB a UMOA/UEMOA aconteceu em meados dos anos 80. As negociações para a adesão foram iniciadas em setembro de 1987 em Dakar, mas por razões desconhecidas as negociações foram infrutíferas<sup>92</sup>. Mas no dia 2 de Maio de 1997 num acordo assinado em Dakar, a Guiné-Bissau adotou o FCFA (Franco da Comunidade Financeira Africana) como moeda, integrando-se assim à UEMOA, visando assim, uma maior estabilidade cambial e melhor integração ao mercado daquela região.

---

<sup>89</sup> Ibidem.

<sup>90</sup> Ibidem.

<sup>91</sup> MENDES, 2013.

<sup>92</sup> Ibidem.

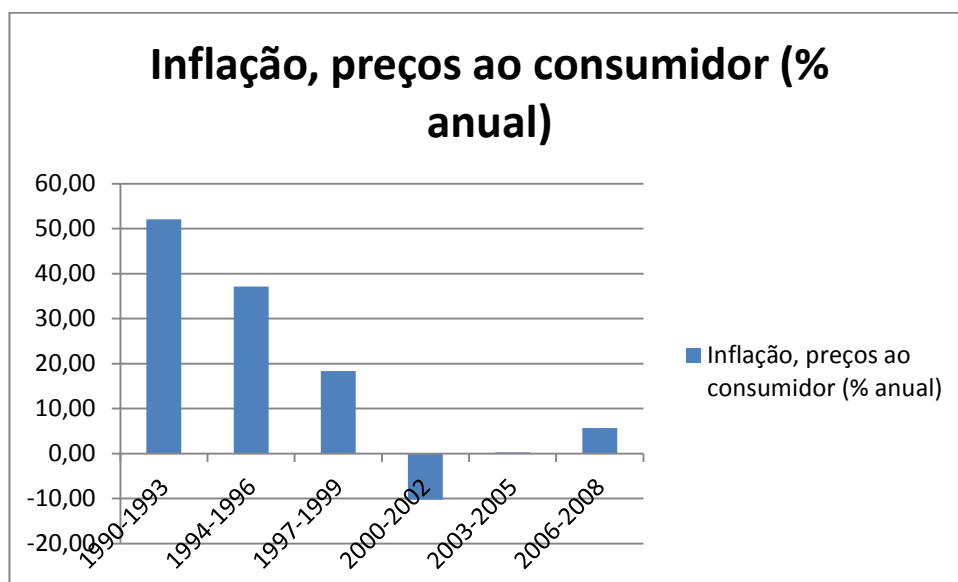
### III. 3. Análise de Indicadores Econômicos

Neste presente tópico vai ser feito análise de principais Indicadores Econômicos para o período 1990-2008. Infelizmente por falta de dados não foi possível fazer análise de comércio dentro do período estabelecido.

#### III. 3.1. Evolução da taxa média de Inflação da GB

Analisando a taxa média de Inflação de Guiné-Bissau para o período 1990-08 constata-se que no início dos anos 90 a GB estava deparando com sérios problemas no que relaciona a alta de preços. A média de inflação para o período 1990-93 ilustra isso de uma forma melhor, uma vez que foi o período onde a Inflação mais subiu, atingindo 52,02%. Com a adesão a UEMOA em 1997, essa tendência vai diminuir significativamente nos anos subsequentes, apesar de que no período antes houve uma queda moderada, isso se deve as reformas implementadas. O período 2000-2002 merece mais destaque após a adesão porque houve uma deflação de -10,30%. Portanto, pode-se dizer que a adesão a Franco CFA foi de suma importância para queda de inflação.

**Gráfico 1: Taxa de Inflação de Guiné-Bissau 1990-2008 ( Média %Anual)**



**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do Anuário Estatístico 2005 e 2008 do BCEAO

### III. 3.2.1. Evolução da taxa média de Inflação da Guiné-Bissau e dos países da UEMOA

Como se pode ver na Tabela 2, no período de 1990-93 a Inflação de GB foi o que mais cresceu, apesar de que houve uma variação 9,06% no Benin, mas não se compara com 52,08% verificado em GB. De uma forma geral o período após a adesão a UEMOA a taxa média de Inflação de GB se aproximou ao do Bloco, exceto o período 2003-05, onde houve uma queda de -10,30%. A média do bloco cresceu moderadamente no período 2006-08, 4,03% em relação ao período anterior, 2,07%. O período que teve maior alta foi 1994-96, onde houve uma alta de 15,57%.

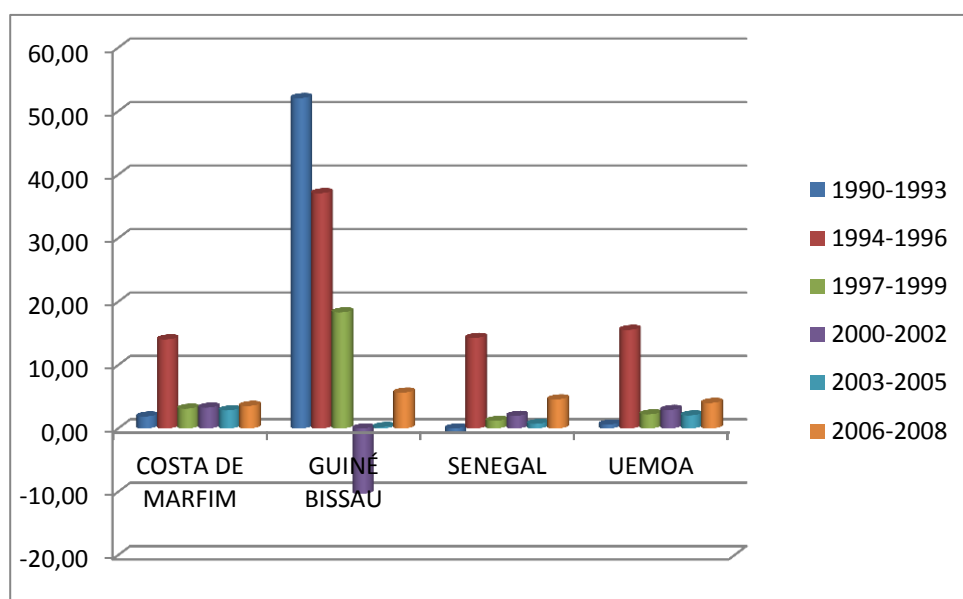
**Tabela 1: Taxa média de Inflação dos países da UEMOA 1990-2008 (% Anual)**

PAÍSES	1990-1993	1994-1996	1997-1999	2000-2002	2003-2005	2006-2008
BENIN	1,15	19,20	3,27	11,42	19,73	4,33
BURKINA FASO	0,10	12,87	4,11	2,30	2,67	4,27
COSTA DE MARFIM	1,90	14,07	3,13	3,30	2,9	3,57
GUINÉ BISSAU	52,08	37,10	18,33	-10,30	0,23	5,67
MALI	-0,83	14,50	0,73	3,17	0,67	4,03
NIGER	-1,45	17,30	1,93	1,3	3,97	3,80
SENEGAL	-0,83	14,30	1,20	2	0,73	4,60
TOGO	0,75	20,10	2,07	2,97	2,10	3,93
UEMOA	0,63	15,57	2,23	2,93	2,07	4,03

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Anuário Estatístico 2005 e 2008 do BCEAO



**Gráfico 2: Taxa média de Inflação de alguns países da UEMOA 1990-2008 (% Anual)**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Anuário Estatístico 2005 e 2008 do BCEAO

### III. 3.2. Comercio Exterior

#### III. 3.2.1. Exportação

A Tabela 4 abaixo demonstra a evolução das exportações da GB, destino de principais produtos. Portanto, os produtos agrícolas são mais exportados, sendo a Castanha de Caju o principal produto, com uma soma total de todos os períodos em análise, 432 milhões de FCFA. Em 2008 as exportações de Produtos Agrícolas foram 46,20 milhões de FCFA, sendo assim o ano em que houve maior exportação em relação aos anos em análises. A exportação total ficou na casa de 57,4 milhões de FCFA puxado pela exportação de Castanha de Caju.

**Tabela 2: Principais produtos Exportados 1997-2008 (em Bilhões de Franco CFA)**

DISCIRÇÃO	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008

<b>Produtos Agrícolas</b>	<b>26,97</b>	<b>14,35</b>	<b>30,4</b>	<b>43,3</b>	<b>45,152</b>	<b>35,3</b>	<b>36,85</b>	<b>39,1</b>	<b>44,74</b>	<b>34,77</b>	<b>41,42</b>	<b>46,28</b>
Castanha de Caju	26,40	14,08	30,4	42,7	44,36	33,7	35,7	38,4	44,69	34,7	41,04	46,2
Algodão	0,47	0,19	-	0,6	0,78	1,09	0,4	-	-	0,02	-	-
Mango	0,03	-	-		0,012		0,01	0,2	-	-	-	-
Outros	0,07	0,08	-	-	-	0,51	0,74	0,5	0,05	0,05	0,38	0,08
<b>Peixe /Camarão</b>	<b>0,23</b>	<b>0,3</b>	<b>0,51</b>	<b>0,1</b>	<b>-</b>	<b>0,06</b>	<b>0,1</b>	<b>0,1</b>	<b>0,55</b>	<b>1,0</b>	<b>2,0</b>	<b>2,8</b>
<b>Madeira</b>	<b>0,65</b>	<b>0,36</b>	<b>0,4</b>		<b>0,6</b>	<b>0,62</b>	<b>0,5</b>	<b>0,63</b>	<b>0,03</b>	<b>0,09</b>	<b>0,1</b>	<b>0,12</b>
<b>Diversos</b>	<b>0,25</b>	<b>0,89</b>	<b>0,19</b>	<b>0,8</b>	<b>0,3</b>	<b>1,92</b>	<b>0,35</b>	<b>0,17</b>	<b>1,9</b>	<b>2,94</b>	<b>7,78</b>	<b>8,2</b>
<b>Exportações Totais</b>	<b>28,1</b>	<b>15,9</b>	<b>31,5</b>	<b>44,2</b>	<b>46,1</b>	<b>37,9</b>	<b>37,8</b>	<b>40,0</b>	<b>47,2</b>	<b>38,8</b>	<b>51,3</b>	<b>57,4</b>

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do Balanço de Pagamento de GB 2005 e 2008 do BCEAO

Relativamente à distribuição Geográfica de Exportações que se encontra na Tabela 5, o Continente Asiático merece maior destaque, uma vez que é o maior destino de exportações de produtos da GB, absorvendo cerca 76,3% (em 2008) de produtos exportados. A Índia é o principal parceiro comercial neste continente. Ela importou no mesmo ano, 73,9% do total de bens exportado para Ásia. No continente africano (UEMOA) principal parceiro é o Senegal. A partir de Tabela permite contatar que o Senegal é o principal parceiro do bloco (UEMOA) assim como do continente africano, importando cerca 17,4% de um total 17,6% em 2008.

**Tabela 3: Distribuição Geográfica de Exportações 2003-2008 (em Milhões de FCFA)**

CONTINENTE	2000		2001		2002		2003		2004	
	VALOR	PESO RELATIVO (%)	VALOR	PESO RELATIVO (%)	VALOR	PESO RELATIVO (%)	VALOR	PESO RELATIVO (%)	VALOR	PESO RELATIVO (%)
<b>EUROPA</b>	<b>3185</b>	<b>7,2</b>	<b>2579</b>	<b>5,6</b>	<b>1849</b>	<b>4,9</b>	<b>2164,7</b>	<b>5,7</b>	<b>490,1</b>	<b>1,2</b>
FRANÇA	0		778		0		850		0	
HOLANDA	1024		0		0		0		227,4	
<b>PORTUGAL</b>	<b>1361</b>	<b>3,1</b>	<b>1740</b>	<b>3,8</b>	<b>1607</b>	<b>4,2</b>	<b>1011</b>	<b>2,7</b>	<b>255,5</b>	<b>0,64</b>
ESPANHA	0		31		0		56,7		0	
OUTROS	800		30		242		247		7,2	
<b>ÁFRICA</b>	<b>1595</b>	<b>3,5926</b>	<b>1206</b>	<b>2,6</b>	<b>2556</b>	<b>6,7</b>	<b>2553,5</b>	<b>6,8</b>	<b>1282,8</b>	<b>3,2</b>

<b>UEMOA</b>	<b>1009</b>	<b>2,3</b>	<b>1141</b>	<b>2,5</b>	<b>2183</b>	<b>5,8</b>	<b>2069</b>	<b>5,5</b>	<b>788</b>	<b>2,0</b>
BENIN	0		0		0		0		0	
BURKINA	0		0		0		0		0	
COSTA DE MARFIM	0		0		683		79		2	
MALI	0		0		0		0		0	
NIGER	0		0		0		0		0	
<b>SENEGAL</b>	<b>1009</b>	<b>2,3</b>	<b>1141</b>	<b>2,5</b>	<b>1500</b>	<b>4,0</b>	<b>1990</b>	<b>5,3</b>	<b>786</b>	<b>2,0</b>
TOGO	0		0		0		0		0	
CABO VERDE	0		5		101		130		81,6	
GAMBIA	4		10		123		132,5		28,2	
Guiné-Conacri	0		50		97		70		20	
NIGERIA	0		0		0		0		150	
OUTROS	582		0		52		152		215	
<b>ASIA</b>	<b>39462</b>	<b>88,9</b>	<b>42249</b>	<b>91,6</b>	<b>33447</b>	<b>88,246</b>	<b>33045,5</b>	<b>87,5</b>	<b>38193,7</b>	<b>95,421 99</b>
CHINA	0		0		967		425,7		0	
<b>INDIA</b>	<b>23118</b>		<b>19237</b>		<b>24309</b>	<b>64,1</b>	<b>19051,4</b>	<b>50,422</b>	<b>33024,9</b>	<b>82,5</b>
SINGAPURA	13220		20211		7820		13201,2		5168,8	
OUTROS	3124		2801		351		367,2		0	
<b>OUTROS</b>	<b>155</b>	<b>0,3</b>	<b>66</b>	<b>0,14</b>	<b>50</b>	<b>0,1319 19</b>	<b>20,2</b>	<b>0,05</b>	<b>59,5</b>	<b>0,1486 53</b>
<b>TOTAL</b>	<b>44397</b>	<b>100</b>	<b>46100</b>		<b>37902</b>	<b>100,0</b>	<b>37783,9</b>	<b>100,0</b>	<b>40026,1</b>	<b>100,0</b>

CONTIENTE	2005		2006		2007		2008	
EXTRA-UEMOA	VALOR	PESO RELATIVO (%)	VALOR	PESO RELATIVO (%)	VALOR	PESO RELATIVO (%)	VALOR	PESO RELATIVO (%)
<b>EUROPA</b>	<b>926,5</b>	<b>2,0</b>	<b>282,2</b>	<b>0,6</b>	<b>522</b>	<b>1,0</b>	<b>750,8</b>	<b>1,3</b>
FRANÇA	0		0		1		0	
HOLANDA	47,3		0		134		23	
<b>PORTUGAL</b>	<b>860,3</b>	<b>1,82</b>	<b>210,8</b>	<b>0,47</b>	<b>387</b>	<b>0,75</b>	<b>170,8</b>	<b>0,30</b>
ESPANHA	0		68,5		0		21	
OUTROS	18,9		2,9		0		536	
<b>ÁFRICA</b>	<b>2340,1</b>	<b>4,950392</b>	<b>15904</b>	<b>35,2</b>	<b>13539,1</b>	<b>26,4</b>	<b>10110,9</b>	<b>17,6</b>
<b>UEMOA</b>	<b>2014</b>	<b>4,26054</b>	<b>15837,2</b>	<b>35,0</b>	<b>13514,2</b>	<b>26,3</b>	<b>9981,9</b>	<b>17,4</b>
BENIN	0		0		0		9	
BURKINA	0		6505		0		0	
COSTA DE	1656		345,3		54,5		3,4	

MARFIM								
MALI	0		256,4		8		0	
NIGER	0		0		0		0	
<b>SENEGAL</b>	<b>179</b>	<b>0,38</b>	<b>8727,5</b>	<b>19,3</b>	<b>13448,4</b>	<b>26,2</b>	<b>9966</b>	<b>17,4</b>
TOGO	179		3		3,3		3,5	
CABO VERDE	302,5		48,6		0		58,5	
GAMBIA	0		9,8		8,9		15,3	
Guiné-Conacri	23,6		8,4		12,2		1,7	
NIGERIA	0		0		0		0	
OUTROS	0		0		3,8		53,5	
<b>ASIA</b>	<b>43124,6</b>	<b>91,22845</b>	<b>28829</b>	<b>63,8</b>	<b>35406,9</b>	<b>69,02064</b>	<b>43765,6</b>	<b>76,3</b>
CHINA	57,2		0		19,7		132,5	
<b>INDIA</b>	<b>29085</b>	<b>61,5</b>	<b>20002,4</b>	<b>44,2</b>	<b>34183,2</b>	<b>66,6</b>	<b>42383,1</b>	<b>73,9</b>
SINGAPURA	7057,4		8826,6		1204		1224,5	
OUTROS	6925		0		0		25,5	
<b>OUTROS</b>	<b>879,8</b>	<b>1,861183</b>	<b>190,3</b>	<b>0,42</b>	<b>1831</b>	<b>3,56927</b>	<b>2750</b>	<b>4,8</b>
<b>TOTAL</b>	<b>47271</b>	<b>100,0</b>	<b>45205,5</b>	<b>100,00</b>	<b>51299</b>	<b>100,0</b>	<b>57377,3</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Balanço de pagamento de GB 2005 e 2008, BCEAO

### III. 3.2.2. Importação

Na **Tabela 4** temos a evolução de principais produtos Importados 1997-08 da GB. Produtos alimentares foram os mais importados no período de 1997-08. O valor total desses produtos durante períodos em análise fica em torno de 170,68 milhões de FCFA, destacando o ano 2008, onde verificou maior importação produtos Alimentares (26,60 milhões de FCFA) e as demais produtos importados, cujo valor se situa em torno de 89,02 milhões de FCFA .

**Tabela 4: Principais produtos Importados 1997-2008 (em Bilhões de Franco CFA)**

DESIGNAÇÃO	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<b>Produtos</b>												
<b>Alimentares</b>	14,96	8,46	12,2	12,54	11,62	10,3	13,3	10,2	9,26	18,90	21,34	26,60
<b>Bebidas e</b>	3,21	1,16	1,57	3,46	3,44	3,18	2,83	3,18	3,18	4,9	5,64	5,85

<b>Tabacos</b>												
<b>Outros Bens de Consumo</b>	4,09	1,02	1,2	2,78	3,96	4,03	4,35	4,257	7,22	4,82	6,80	7,20
<b>Produtos Petrolíferos</b>	4,50	2,97	4,0	2,79	5,61	4,1	4,18	6,11	8,0	12,87	15,20	18,01
<b>Material de Construção</b>	3,32	0,62	0,58	3,82	7,76	7,33	3,57	2,723	10,94	10,1	12,30	12,00
<b>Equipamentos de Transporte</b>	4,08	1,94	2,78	5,55	5,36	5,46	3,72	6,13	7,01	6,0	6,45	6,90
<b>Equipamentos Elétricos e Maquinas</b>	2,81	2,06	1,15	3,27	3,22	3,16	2,71	6,35	6,35	4,50	5,33	5,10
<b>Bens Intermediários</b>	2,93	1,65	0,2	0,61	1,69	0,06	0,16	0,5	0,9	0,63	1,30	1,36
<b>Diversos</b>	2,1	10,81	2,77	0,17	2,76	3,16	5,20	5,1	4,13	3,72	6,10	6,00
<b>Importação Total</b>	<b>42,00</b>	<b>30,69</b>	<b>26,45</b>	<b>34,99</b>	<b>45,42</b>	<b>40,78</b>	<b>40,02</b>	<b>44,55</b>	<b>56,99</b>	<b>66,44</b>	<b>80,46</b>	<b>89,02</b>

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do Anuário Estatístico 2005 e 2009 do BCEAO

Quanto à distribuição geográfica de Importação 2003-08, o Continente Africano lidera a importação de produtos importados por GB, com uma contribuição de 40,9% em 2008 contra 54,7 em 2007. A participação das importações provenientes de outros países da UEMOA foi reduzida de 51,5% em 2007 a 36,5% em 2008. Senegal é o principal parceiro comercial apesar de que houve redução da importação por parte da GB em 2008 (29.421 milhões de FCFA) em relação a 2007 (40.506,08 milhões de FCFA). A Europa também mercê destaque no que refere a importação.

A participação da Europa cresceu de 28,7% em 2007 para 34% em 2008, devido o aumento de compras em Portugal. Da mesma forma, a quota da Ásia e da América aumentou de 13,7 e 1,6 em 2007 para 17% em 2008 e 3% respetivamente.

De modo geral as importações de GB vêm principalmente do Senegal (29%) na África, Portugal (22%) na Europa, Tailândia e Vietnam (11,3%) Ásia.

**Tabela 5: Distribuição Geográfica de Importação 2001-2008 (em Milhões de FCFA)**

CONTINENTE	2001		2002		2003		2004	
	VALOR	PESO RELATIVO %	VALOR	PESO RELATIVO %	VALOR	PESO RELATIVO %	VALOR	PESO RELATIVO %
<b>EUROPA</b>	<b>27918,4</b>	<b>50,9</b>	<b>25912,8</b>	<b>52,4</b>	<b>19972,1</b>	<b>43,4</b>	<b>20430,5</b>	<b>40,4</b>
FRANÇA	1496,2	2,7	1716,5	3,5	3397	7,4	1170,5	2,3
ALEMANHA	863,5	1,6	1012,8	2,0	692,3	1,5	983	1,9
ITALIA	761,1	1,4	917,7	1,9	1256,3	2,7	2061	4,1
PAÍS DE BAIXO	5081,4	9,3	3779,9	7,6	3541,3	7,7	3780	7,5
<b>PORTUGAL</b>	<b>15496,4</b>	<b>28,3</b>	<b>15340</b>	<b>31,0</b>	<b>8759,1</b>	<b>19,0</b>	<b>9833</b>	<b>19,5</b>
ESPANHA	2244,1	4,1	1952,2	3,9	1004,5	2,2	1277	2,5
INGLATERRA	550,1	1,0	180,9	0,4	96,6	0,2	189	0,4
OUTROS	1425,6	2,6	1012,8	2,0	1225	2,7	1137	2,2
<b>ÁFRICA</b>	<b>15448,9</b>	<b>28,2</b>	<b>14154,5</b>	<b>28,6</b>	<b>13271,7</b>	<b>28,8</b>	<b>12839</b>	<b>25,4</b>
<b>UEMOA</b>	<b>10403,3</b>	<b>19,0</b>	<b>9593,6</b>	<b>19,4</b>	<b>8537,7</b>	<b>18,6</b>	<b>9283</b>	<b>18,4</b>
BENIN	0		0	0,0	0	0,0	0	0,0
BURKINA	0		0	0,0	0	0,0	0	0,0
COSTA DE MARFIM	690,9	1,3	589	1,2	325,8	0,7	834	1,7
MALI	0	0,0	25,3	0,1	31,2	0,1	50	0,1
NIGER	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
<b>SENEGAL</b>	<b>9712,4</b>	<b>17,7</b>	<b>8979,3</b>	<b>18,2</b>	<b>7721,5</b>	<b>16,8</b>	<b>8399</b>	<b>16,6</b>
TOGO		0,0	0	0,0	459,2	1,0	0	0,0
CABO VERDE	140,6	0,3	157,7	0,3	159	0,3	181	0,4
GAMBIA	1782,7	3,3	1658,8	3,4	1282,8	2,8	1346	2,7
Guiné-Conacri	829,8	1,5	697,5	1,4	672,3	1,5	879	1,7
NIGERIA	682,1	1,2	596,7	1,2	690,9	1,5	0	0,0
OUTROS	1610,4	2,9	1450,2	2,9	1929	4,2	1150	2,3
<b>ASIA</b>	<b>10734,3</b>	<b>19,57428</b>	<b>8556,8</b>	<b>17,3</b>	<b>11987,5</b>	<b>26,1</b>	<b>15245</b>	<b>30,2</b>
JAPÃO	<b>4763,8</b>	<b>8,7</b>	<b>1798,9</b>	<b>3,6</b>	2072,1	4,5	2562	5,1
CHINA	3467,6	6,3	3042,3	6,2	5719,7	12,4	6608	13,1
PAQUISTÃO	615	1,1	253,5	0,5	390,3	0,8	1250	2,5
<b>INDIA</b>	<b>831</b>	<b>1,5</b>	<b>2000,1</b>	<b>4,0</b>	<b>2288</b>	<b>5,0</b>	<b>251</b>	<b>0,5</b>
TAILANDIA		0,0		0,0	0	0,0	0	0,0
VIETNAM		0,0		0,0		0,0		0,0
OUTROS	1056,9	1,9	1462	3,0	1517,4	3,3	4574	9,1
<b>AMERICA</b>	<b>537</b>	<b>1,0</b>	<b>532,2</b>	<b>1,1</b>	<b>564,4</b>	<b>1,2</b>	<b>1324</b>	<b>2,6</b>
USA	498	0,9	509	1,0	514,8	1,1	865	1,7

OUTROS	39	0,1	23,2	0,0	49,6	0,1	459	0,9
<b>OUTROS</b>	<b>200,2</b>	<b>0,4</b>	<b>266,8</b>	<b>0,5</b>	<b>209,6</b>	<b>0,5</b>	<b>698</b>	<b>1,4</b>
<b>TOTAL (CIF)</b>	<b>54838,8</b>	<b>100,0</b>	<b>49423,1</b>	<b>100</b>	<b>46005,3</b>	<b>100,0</b>	<b>50536,5</b>	<b>100,0</b>
<b>TOTAL (FOB)</b>	<b>45242,1</b>		40774		40356		44577	

CONTINENTE	2005		2006		2007		2008	
	VALOR	PESO RELATIVO %	VALOR	PESO RELATIVO %	VALOR	PESO RELATIVO %	VALOR	PESO RELATIVO %
<b>EUROPA</b>	<b>18925,6</b>	<b>31,5</b>	<b>19905,2</b>	<b>26,3</b>	<b>26359,6</b>	<b>28,7</b>	<b>34611,4</b>	<b>34,1</b>
FRANÇA	2910,6	4,8	1953,5	2,6	489,4	0,5	2186	2,2
ALEMANHA	305,4	0,5	137,4	0,2	84,1	0,1	1010	1,0
ITALIA	65	0,1	111,4	0,1	125,7	0,1	245	0,2
PAÍS DE BAIXO	571,6	1,0	4760,4	6,3	5166,2	5,6	4531	4,5
<b>PORTUGAL</b>	<b>13611,1</b>	<b>22,6</b>	<b>12194</b>	<b>16,1</b>	<b>18086,9</b>	<b>19,7</b>	<b>22770</b>	<b>22,4</b>
ESPANHA	708,2	1,2	689	0,9	1764,3	1,9	1122	1,1
INGLATERRA	6,5	0,0	19,5	0,0	0	0,0	81,4	0,1
OUTROS	747,2	1,2	40	0,1	643	0,7	2666	2,6
<b>ÁFRICA</b>	<b>32819,7</b>	<b>54,6</b>	<b>47333,8</b>	<b>62,5</b>	<b>48852,7</b>	<b>53,3</b>	<b>41472</b>	<b>40,9</b>
<b>UEMOA</b>	<b>31344,8</b>	<b>52,1</b>	<b>37383,6</b>	<b>49,4</b>	<b>47288,2</b>	<b>51,5</b>	<b>37025,7</b>	<b>36,5</b>
BENIN	0	0,0	0	0,0	0	0,0	17,5	0,0
BURKINA	0	0,0	19,2	0,0	32,3	0,0	62	0,1
COSTA DE MARFIM	1666,7	2,8	3162	4,2	5129,9	5,6	6412	6,3
MALI	65	0,1	514,8	0,7	334,9	0,4	1107	1,1
NIGER	0	0,0	0	0,0	62	0,1	0	0,0
<b>SENEGAL</b>	<b>29613,1</b>	<b>49,2</b>	<b>33676,9</b>	<b>44,5</b>	<b>40506,8</b>	<b>44,2</b>	<b>29421</b>	<b>29,0</b>
TOGO	0	0,0	10,7	0,0	1222,3	1,3	6,2	0,0
CABO VERDE	32,5	0,1	10,5	0,0	22,2	0,0	11	0,0
GAMBIA	922,6	1,5	5580,6	7,4	1266,6	1,4	2060	2,0
Guiné-Conacri	259,9	0,4	348,6	0,5	275,7	0,3	161	0,2
NIGERIA	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
OUTROS	259,9	0,4	4010,5	5,3	0	0,0	2214,3	2,2
<b>ASIA</b>	<b>7853,6</b>	<b>13,1</b>	<b>8011,3</b>	<b>10,6</b>	<b>12533,9</b>	<b>13,7</b>	<b>17742</b>	<b>17,5</b>
JAPÃO	448,3	0,7	495,5	0,7	144,4	0,2	1542	1,5
CHINA	1494,3	2,5	1174,4	1,6	208,9	0,2	432	0,4
PAQUISTÃO	0	0,0	1596,8	2,1	1261,5	1,4	1660	1,6
<b>INDIA</b>	<b>383,3</b>	<b>0,6</b>	<b>216,1</b>	<b>0,3</b>	<b>2177,8</b>	<b>2,4</b>	<b>1035</b>	<b>1,0</b>
TAILANDIA	0	0,0	4185,8	5,5	5694,3	6,2	5900	5,8

VIETNAM		0,0		0,0		0,0	5598	5,5
OUTROS	5527,7	9,2	342,7	0,5	3047	3,3	1575	1,6
<b>AMERICA</b>	<b>324,9</b>	<b>0,5</b>	<b>330,9</b>	<b>0,4</b>	<b>1441,2</b>	<b>1,6</b>	<b>3094</b>	<b>3,0</b>
USA	32,5	0,1	165,1	0,2	616,7	0,7	113	0,1
OUTROS	292,4	0,5	165,8	0,2	824,5	0,9	2981	2,9
<b>OUTROS</b>	<b>240</b>	<b>0,4</b>	<b>150</b>	<b>0,2</b>	<b>2548,1</b>	<b>2,8</b>	<b>4560</b>	<b>4,5</b>
<b>TOTAL (CIF)</b>	<b>60163,8</b>	<b>100,0</b>	<b>75731,2</b>	<b>100,0</b>	<b>91735,5</b>	<b>100,0</b>	<b>101479,4</b>	<b>100,0</b>
<b>TOTAL (FOB)</b>	<b>56991</b>		<b>66431</b>		<b>80470,5</b>		<b>89017</b>	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Balanço de Pagamento de GB 2005 e 2009 do BCEAO

### III. 3.2.3. Evolução de Balança Comercial

A Balança Comercial como se pode ver na Tabela 6 é deficitária 31,64 milhões de FCFA em 2008 em relação a déficit de 29,2 milhões de FCFA de 2007. O intercâmbio Comercial foi de 146,4 milhões de FCFA, contra 131,8 milhões de FCFA de 2007.

**Tabela 6: Evolução de Balança comercial 1997-2008 (em Bilhões de FCFA)**

DESCRIÇÃO	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<b>Exportação</b>	28,1	15,9	31,5	44,2	46,1	37,9	37,8	40,0	47,3	38,8	51,30	57,4
<b>Importação</b>	42,0	30,7	26,3	35,0	45,2	40,8	40,02	44,55	55,9	66,4	80,47	89,02
<b>Balança Comercial</b>	-13,9	-14,8	5,2	9,2	0,9	-2,87	-2,22	-4,55	-8,60	-27,67	-29,2	-31,64
<b>Intercâmbio Comercial</b>	70,1	46,6	57,8	79,2	91,3	78,7	77,82	84,55	103,1	105,2	131,8	146,4

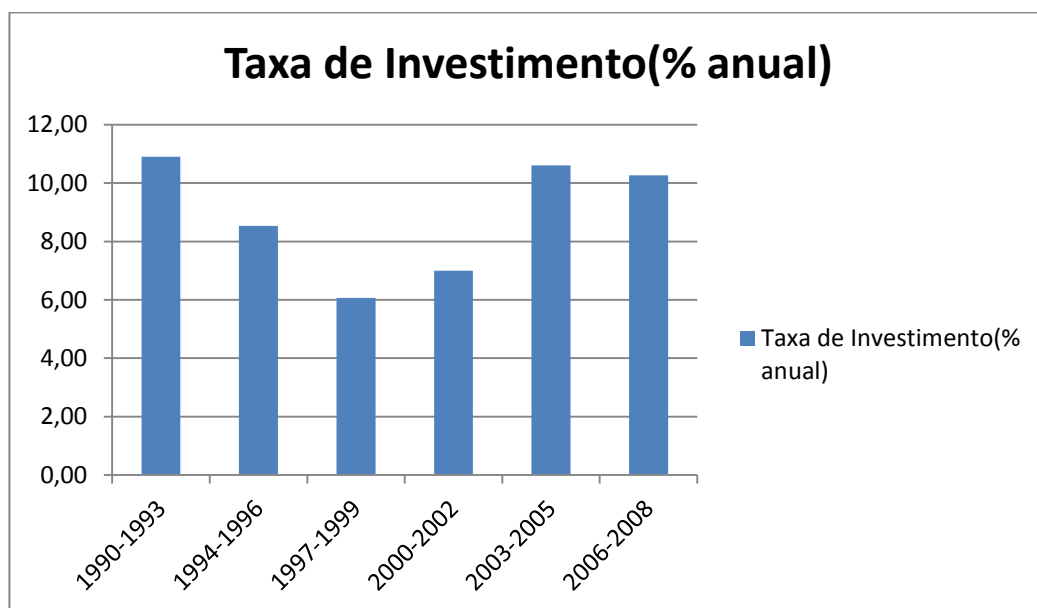
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Balanço de Pagamento de GB 2005 e 2009 do BCEAO

### III. 3.3. Evolução de Taxa de Investimento sobre o PIB da GB



No período 1990-93 observa-se a taxa de Investimento mais alta da década de 90, 10,90%. Nos períodos subsequentes houve uma ligeira queda, mas a tendência da queda mudou logo no período 2000-02 com um crescimento moderado 7%. Em 2003-05 a taxa atingiu 14,10%, se caracterizado no período de taxa mais elevada. O Gráfico 5 abaixo permite visualizar a análise feita.

**Gráfico 3: Taxa de Investimento de Guiné-Bissau 1990-2008 (Média %Anual)**



**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do Anuário Estatístico 2005 e 2008 do BCEAO

### **III. 3.3.1. Evolução da taxa média de Investimento sobre o PIB da Guiné-Bissau e dos países da UEMOA**

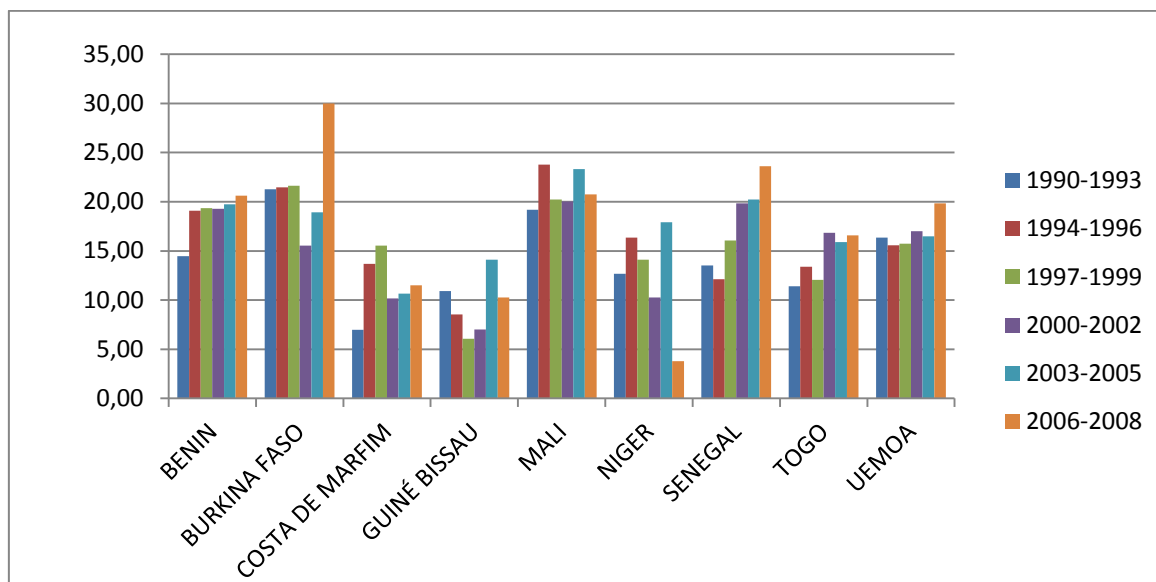
No que toca o Investimento pode se contatar também que a taxa de Investimento da GB está aquém do bloco. A Tabela 3 abaixo ilustra este fato, onde a taxa total de Investimento se situa na casa de 58,87%. Costa de Marfim é país que tem a taxa mais aproximada com 68,51%. A taxa do Investimento da UEMOA é quase o dobro, com 100,97% taxa total de Investimento.

**Tabela 7: Taxa média de Investimento dos países da UEMOA 1990-2008 (% Anual)**

PAÍSES	1990-1993	1994-1996	1997-1999	2000-2002	2003-2005	2006-2008
BENIN	14,45	19,10	19,33	19,27	19,73	20,60
BURKINA FASO	21,28	21,47	21,63	15,53	18,93	30,00
COSTA DE MARFIM	6,98	13,67	15,53	10,17	10,67	11,50
GUINÉ BISSAU	10,90	8,53	6,07	7,00	14,10	10,27
MALI	19,18	23,77	20,23	20,03	23,33	20,73
NIGER	12,68	16,37	14,10	10,27	17,92	3,80
SENEGAL	13,53	12,13	16,07	19,83	20,23	23,60
TOGO	11,40	13,40	12,07	16,82	15,90	16,57
UEMOA	16,35	15,57	15,73	17,02	16,47	19,83

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do Anuário Estatístico 2005 e 2008 do BCEAO

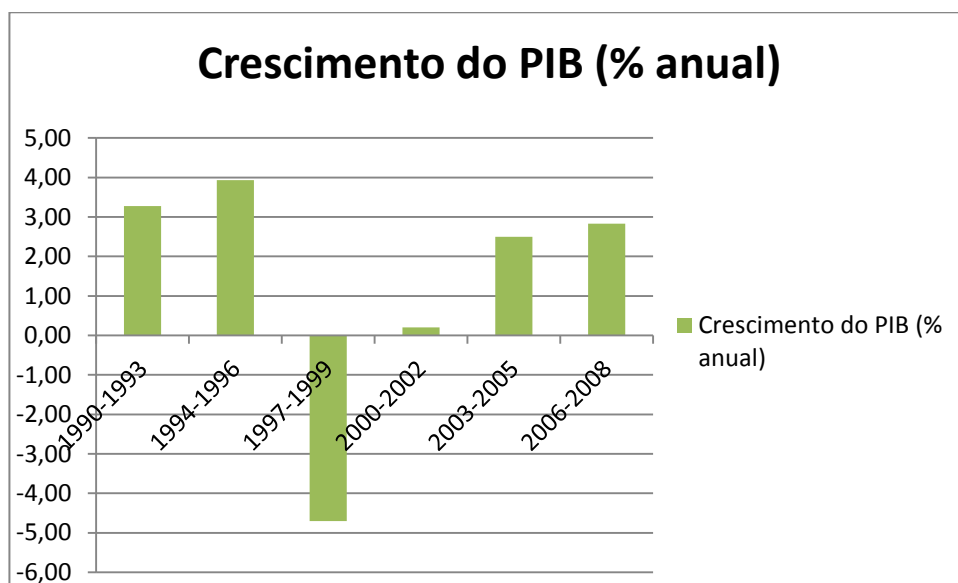
**Gráfico 4: Taxa média de Investimento dos países da UEMOA 1990-2008 (% Anual)**



### **III. 3.4. Evolução do Produto Interno Bruto (PIB)**

Fazendo uma análise relativamente à evolução do PIB Real média para o período 1990-2008, constata-se que de 1994 a 1996 a economia de GB teve um crescimento mais significativo, atingindo um crescimento de 3,93%. Já o período 1997-99 se caracteriza por um período mais crítico da economia guineense. Em 1997 a economia cresceu 6,5%, um crescimento também considerado significativo, foi no mesmo ano que a GB aderiu a UEMOA. Infelizmente no ano seguinte eclodiu o conflito militar que atrapalhou consideravelmente atividade econômica naquele ano, assim houve retração -28,2%. Portanto, mesmo com um crescimento de 7,6% em 1999, não se pode dizer que o período analisado foi bom, uma vez que na média houve uma retração de -4,7% do PIB Real. Os períodos subsequentes se caracterizam por um moderado crescimento, e o período que mais merece destaque é o período de 2006-09, onde houve uma variação 2,83% média do PIB. O Gráfico abaixo ilustra a análise feita.

**Gráfico 5: PIB Real de Guiné-Bissau 1990-2008 (Média %Anual)**



**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do Anuário Estatístico 2005 e 2008 do BCEAO

### III. 3.4.1. Evolução do PIB real média da Guiné-Bissau e dos países da UEMOA

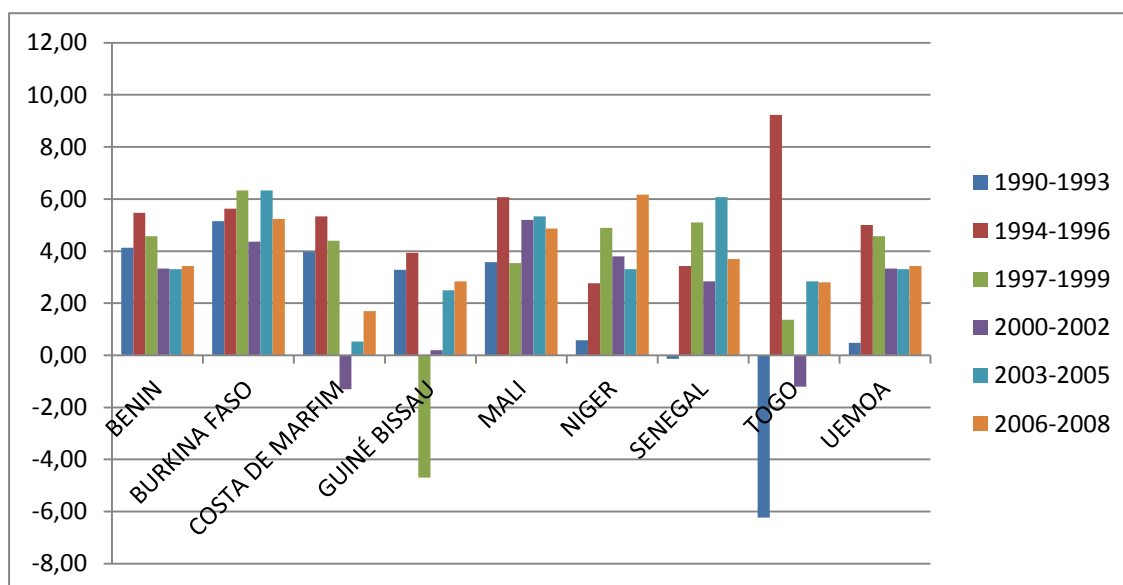
Relativamente a este tópico, contata-se uma variação do PIB Real média da GB moderadamente baixo em relação aos outros países de bloco, salvo o caso de Costa de Marfim que vinha crescendo de uma forma boa, todavia este crescimento vai ser interrompido no período de 2000-02. Assim nos anos subsequentes a GB teve um crescimento maior. Comparando GB a UEMOA, através da Tabela 1 e o Gráfico 2 contata-se que único período que a GB cresceu mais do que a UEMOA foi no período 1990-1993, onde este ultimo cresceu 0,48% e a GB 3,28%, lembrando que foi período antes a adesão.

**Tabela 8: PIB Real dos países da UEMOA 1990-2008 (Média % Anual)**

PAÍSES	1990-1993	1994-1996	1997-1999	2000-2002	2003-2005	2006-2008	Variação Total (% Anual)
BENIN	4,13	5,47	4,57	3,33	3,3	3,43	24,23
BURKINA FASO	5,15	5,63	6,33	4,37	6,33	5,23	33,05
COSTA DE MARFIM	3,97	5,33	4,40	-1,30	0,5	1,70	14,63
GUINÉ BISSAU	3,28	3,93	-4,70	0,20	2,5	2,83	8,04
MALI	3,58	6,07	3,53	5,20	5,33	4,87	28,58
NIGER	0,58	2,77	4,90	3,8	3,3	6,17	21,51
SENEGAL	-0,13	3,43	5,10	2,83	6,07	3,70	21,00
TOGO	-6,23	9,23	1,37	-1,2	2,83	2,80	8,80
UEMOA	0,48	5,00	4,57	3,33	3,3	3,43	20,11

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do Anuário Estatístico 2005 e 2008 do BCEAO

**Gráfico 6: PIB Médio Real dos países da UEMOA 1990-2008 (% Anual)**



**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do Anuário Estatístico 2005 e 2008 do BCEAO

### III. 3.5. Avaliação

Pensava-se que adesão a UEMOA seria uma medida que permitiria uma maior estabilidade monetária e a criação de um ambiente mais atrativo para o investimento externo, só que veio a revelar-se uma medida desastrosa ao nível económico e social, porque não foi acompanhada de medidas macroeconómicas sólidas capazes de sustentar o desenvolvimento, levando assim a um aumento da pressão externa, nomeadamente dos Estados francófonos vizinhos, principalmente do Senegal, e a uma consequente descapitalização do país<sup>93</sup>.

De acordo com Programa Plurianual de Convergência (2000) apesar dos resultados positivos conseguidos no período 1995-1997, na implementação das reformas e avanços económicos que se traduziram no crescimento real sustentado do PIB (4,4%; 4,6%; 5,4%,

<sup>93</sup> SANGREMAN; SOUSA; BARROS, 2006.

respetivamente) e melhoria geral da viabilidade financeira interna e externa, os benefícios do crescimento económico não foram amplamente compartilhados pela população em geral. Importantes segmentos da população continuaram excluídos da distribuição dos produtos do crescimento e os indicadores sociais continuaram a degradar-se.

O período 1998-99 ficou marcado pelo conflito militar que eclodiu em 7 de Junho de 1998, e só terminou em Maio do ano seguinte. Isso atrapalhou muito os avanços positivos que a Integração podia proporcionar, uma vez que houve reflexos drásticos para o sistema produtivo guineense. Além de causar perda humana, agravou a pobreza, em virtude da redução dos rendimentos, da interrupção de serviços básicos, a paralisação das atividades produtivas, as perdas no capital privado causadas pelas requisições, pilhagem, destruição de propriedade e a perda de oportunidades de negócio, assim como a acentuada fuga de capitais, contribuindo desta forma para aniquilar uma boa parte dos avanços económicos conseguidos, deteriorando ainda mais a já precária situação dos sectores sociais. Estima-se em USD 90 milhões de dólares o prejuízo sofrido pelo setor privado<sup>94</sup>.

Em nível global, a economia foi desarticulada e as reformas foram totalmente interrompidas. Em consequência, o PIB real contraiu 28,1%, produção agrícola caiu cerca 20%, a comercialização de castanha de Caju<sup>95</sup> (principal fonte de receitas de exportação) foi afetada caindo aproximadamente USD 28 bilhões de FCFA em 1997 para aproximadamente USD 15.8 bilhões de FCFA em 1998, os setores industrial e comercial em plena expansão, paralisaram suas atividades, com reflexos negativos no crescimento global, estimado em respetivamente em -4% e em -8%. A redução de nível da atividade econômica e das transações internacionais prejudicaram a posição fiscal. As receitas orçamentais, caíram do equivalente a 14.8 % do produto interno bruto (PIB) em 1997 para 5.4 % do PIB em 1998, em virtude, da redução substancial das licenças de pesca e dos impostos sobre o comercio internacional<sup>96</sup>.

---

<sup>94</sup> PROGRAMA PLURIANUAL DE CONVERGÊNCIA, 2000.

<sup>95</sup> A Guiné-Bissau tem um elevadíssimo nível de dependência de exportação – caju, que é cultivado pela grande maioria de camponeses no país, e abrange cerca de 5 por cento do total da superfície terrestre, e representa 98 por cento dos exportação receitas, bem como 10 por cento das receitas públicas, segundo estudo do Diagnóstico de Integração do comércio para o melhoramento do quadro Integrado Assistência Técnica para Assuntos do Comércio Internacional.

<sup>96</sup> PROGRAMA PLURIANUAL DE CONVERGÊNCIA, 2001.

Após o conflito político-militar e com a esperança reforçada, a economia guineense começou a apresentar avanços positivos que auguravam um futuro confiante. No entanto, a atividade econômica estagnou durante 2001, contraindo-se em 2002, pelo que a tão esperada recuperação da economia não se materializou. Porém, a partir de 2003 observou-se moderada retomada de crescimento real do PIB.

Relativamente a taxa média Inflação, Investimento e Comercio, houve convergência da inflação para a média da união. A taxa média de investimento, apesar de não convergir com a média da união, teve bastante melhoras em relação aos anos antes do conflito, assim como nos primeiros anos pós conflito. Por último o comércio, como já foi visto, apesar de que houve maior fluxo comercial após a adesão da GB a UEMOA, infelizmente isso não reverteu em melhoras na balança Comercial. Assim a GB tem registrado enorme déficit com o bloco (Senegal em particular).

## CONCLUSÃO

Os antecedentes do regionalismo na África surgiram com a proposta de movimento pan-africanismo de unificação do continente no final do século XIX e início do século XX, mas que ganhou força depois do 5º congresso do pan-africanismo realizando em Manchester em 1945, na qual os líderes africanos presentes reivindicaram a independência nacional dos seus territórios sob o jugo colonial (Ki-zerbo, 1972). A partir dessa data, o movimento pan-africanista passou a ser uma resposta ao processo de dominação colonial. Na visão de Adedji (2010), a integração regional africana surgiu como instrumento essencial à estratégia da descolonização. Posteriormente a essa fase, a Integração Regional.

Após essa fase, como foi pensado por alguns líderes africanos, seria a criação de uma união econômica na África ocidental, com objetivo de combater a exploração dos recursos econômicos destes territórios nesta região, bem como garantir a participação das comunidades locais no seu desenvolvimento industrial. O Nkrumah defendia uma independência total da ex-metrópole, fato que não veio a se confirmar.

De forma a lançar o processo de desenvolvimento econômico africano, assim como ajudar outros países africanos que ainda estão sob jugo colonial a tornarem independentes, foram criadas duas entidades supranacionais ECA e OUA, respectivamente. A partir da criação dessas entidades foi desenhada a criação de comunidades regionais em todas as regiões africanas como estratégia de desenvolvimento. Assim surgiram a CEDEAO e a UEMOA.

A UEMOA foi criada como complemento da UMOA, que nasceu como um espaço monetário entre seis Estados, sem a presença de uma política econômica comum. Os países que faziam parte dessa comunidade tinham somente a moeda comum. O processo de integração econômica (união monetária, aduaneira e comercial) só aconteceu nos anos 90, após da crise que afetou o bloco.

Após de a GB aderir a UEMOA, houve melhoras em alguns indicadores, e em outros não. As vantagens que a Integração pode proporcionar não foi aproveitado na sua plenitude, isso se deve ao fato de constantes instabilidades políticas que se viu desde ano seguinte a sua adesão. Análise de resultados econômicos feito elucida essa corroboração. No que toca a



variação real média do PIB, maior taxa de crescimento foi verificado antes da adesão, principalmente no período 1994-96(3,93%). Os demais países tiveram um crescimento muito acima da GB. Essa corroboração vale também para outros Indicadores também analisado. A taxa de média de Investimento, apesar de ser ligeiramente alta comparando com anos antes da adesão UEMOA é a mais baixa do bloco. A taxa de variação média de Inflação nos inícios de anos 90 era a mais alta em relação aos países que compõem o bloco econômico, essa tendência só vai mudar após de GB aderir a UEMOA, onde verificou maior estabilidade econômica e a convergência da inflação para a média da união. Por último o comércio, apesar de que houve maior fluxo comercial, assim como abertura da economia local após a adesão da GB a UEMOA, infelizmente isso não reverteu em melhoras na balança Comercial. Assim a GB tem registrado enorme déficit com o bloco (Senegal em particular).

A adoção do franco CFA não só vai estabilizar os preços dos alimentos e outros bens importados, mas também intensificar as trocas comerciais com os países vizinhos. Isso porque, de acordo com vários estudos sobre o tema, o comércio entre os países com uma moeda comum é mais forte do que entre os países com as moedas com as suas próprias moedas<sup>97</sup>.

A guisa de conclusão, pode-se dizer que a integração vai ser benéfica para a GB a partir de momento que houver estabilidade política, boa governança, políticas voltadas ao desenvolvimento econômico, Instituições de Estado solidas. Isso porque a GB é um país rico em recursos naturais, e com terras férteis propicia a prática de agricultura. Essas vantagens comparativas podem ser usadas para criar mais riqueza para o país, passando a ser um grande exportador para o bloco, assim como para os demais países.

---

<sup>97</sup> MENDES, D., Op. Cit.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACP SECRETARIAT. Regional Integration and Co-operation; Realistic Avenues in the next Millennium, Sept./97.

ALEDEJI, A. Estratégias comparadas da descolonização econômica: apanhada geral. In: BOAHEN, Albert (Org). História Geral da África VII. África sob a dominação colonial, 1880-1935. Brasília: UNESCO, 2010.

AMADO, LEOPOLDO. GUINÉ-BISSA: 30 ANOS DE INDEPENDÊNCIA. [data desconhecida]. Disponível em: [http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/AS08\\_109.pdf](http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/AS08_109.pdf) > Acesso em: 14 de Dez. 2014.

Anuário Estatístico dos Bancos e Estabelecimentos Financeiros, 2005 e 2008 do BCEAO. Disponível em: <[http://www.bceao.int/inc\\_rub\\_regulieres-104-60-fr-asc.html](http://www.bceao.int/inc_rub_regulieres-104-60-fr-asc.html)> Acesso em: 02 de feb. 2015.

ASANTE, S.K.B. &CHANAIWA, D. O Pan-africanismo e a Integração Regional: apanhada geral. In: BOAHEN, Albert (Org). História Geral da África VIII. África sob a dominação colonial, 1880-1935. Brasília: UNESCO, 2010.

BADI, Mbuyi K. Neoliberalismo, *África*. Setembro, 2002.

Balanço de Pagamento dos países da UEMOA, 2005 e 2008. Disponível em: <[http://www.bceao.int/inc\\_rub\\_regulieres-141-60-fr-asc.html](http://www.bceao.int/inc_rub_regulieres-141-60-fr-asc.html)> Acesso em: 02 de feb. 2015.

BALASSA, BELA. Teoria da Integração Económica. Tradução DE MARIA FILIPA GONÇALVES E MARIA ELSA FERREIRA. Lisboa: Clássica Editora, 1982.

CAMPOS, A. História da Guiné em datas. Cantacunda, 2012. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/Cantacunda/histria-da-guin-bissau-em-datas>> Acesso em: 10 de nov. 2014.

CRUZ, J. M. M. A. L. O Programa de Ajustamento Estrutural na República da Guiné-Bissau: Uma avaliação política e ética. Dissertação apresentada no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Novembro, 2007. Disponível em: <<http://www.didinho.org/programadeajustamentoestrutural.pdf>> Acesso em: 10 de Mar. 2015.

EGOSCOZABAL, Ainhoa. Regionalismo, globalización e pobreza: alternativas para el desarrollo de los países africanos. Madrid, IX Reunión de Economía Mundial, 2007.

Disponível em:

[http://www.africafundacion.org/africaI+D2009/documentos/marin\\_egoscozabal\\_alternativas\\_desarrollo\\_paises\\_africanos.pdf](http://www.africafundacion.org/africaI+D2009/documentos/marin_egoscozabal_alternativas_desarrollo_paises_africanos.pdf) . Acesso em: 27 de Out, 2014.

FERREIRA, GRAÇA ENES, A Teoria da Integração Internacional e o Modelo de Integração do Espaço Económico Europeu, Legis Editora, 1997, p. 17.

FERNANDES, Joel. A Integração Econômica como Estratégia para o desenvolvimento econômico na África Ocidental. Dissertação apresentada na Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Abr. 2007.

FERNANDES, L. N. Economia Política da Integração Regional na África Ocidental: A União Econômica e Monetária (UEMOA) como estratégia para o desenvolvimento regional. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/36098/000817469.pdf?sequence=1>> Acesso em: 17 de Fev. 2014.

FERNANDES, LITO N. União Econômica Monetária a lá Africana: O caso da UEMOA. Revista Videre - 39 Dourados, v. 04, n. 07, p. 39-59, jan./jun.2012. Disponível: <[http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/videre/article/viewFile/1395/pdf\\_178](http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/videre/article/viewFile/1395/pdf_178)> Acesso em:

05 de Jun. 2014.

FERNANDES, L. N.; BOUKOUNGA, J. C. & FERNANDES, J. F. Integração Económica Regional na África Ocidental: uma visão crítica. Revista Conjuntura Austral, v. 8, p. 18-47, 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/23459>> Acesso em: 15 de Jun. 2014.

FILHO, Pio. Integração Econômica no continente africano: ECOWAS e SADC. Cena internacional. Revista de Análise em Política internacional, vol.2, n.2, 2000. Disponível em:<[http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=2996&Itemid=231](http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=2996&Itemid=231)> Acesso em: 05 de Nov. 2013.

GALVÃO, H.; SELVAGEM, C. Império Ultramarino Português: monografia do império. Vol. 1. Lisboa: imprensa nacional de publicidade, 1950.  
CARREIRA, A. Os Portugueses nos Rios de Guiné (1500-1900). Lisboa: Ed, do Autor, 1984.

KI-ZERBO, Joseph. História da África Negra II. Paris: Publicações Europa América, 1972.

KI-ZERBO, Joseph. Gobernanza Mundial. El marco histórico de la gobernanza en África. Caravana para un mundo responsable, plural y solidario, n. 6, 2000.

MACHADO, J. B. Mercosul: Processo de Integração: Origem, evolução e crise", São Paulo, Ed. Aduaneiras Ltda., 2000. Disponível em:<[http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/machado\\_j.\\_b.\\_teoria\\_da\\_integracao\\_2000\\_1\\_.pdf](http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/machado_j._b._teoria_da_integracao_2000_1_.pdf)> Acesso em: 06 de Set. 2012.

MENDES, P. A experiência da integração da Guiné-Bissau no seio da UEMOA: Que subsídios a transmitir à União Europeia? In ESTUDOS, IAO-ZEI. Comércio regional e integração monetária na África Ocidental e na Europa. Rike Sohn Ama Konadu Oppong. 2013. Disponível em:<<http://www.zei.uni-bonn.de/dateien/wai-zei-paper/06-2013-wai-zei-sohn-pt>> Acesso em: 14 de Set. 2014.

Ministério de Economia e Desenvolvimento Regional. Programa Plurianual de Convergência. Bissau, Junho, 2001. Disponível em: <[www.izf.net/upload/document/JournalOfficiel/.../Bissau\\_plurianual.rtf](http://www.izf.net/upload/document/JournalOfficiel/.../Bissau_plurianual.rtf)> Acesso em: 24 de Jun. 2014.

PELLISSIER, Rene. Historia da guine: portugueses e africanos no Sene Gâmbia (1841 - 1936). Lisboa: Editorial: Estampa, 1989.

PINTO, PAULA. Tradição e Modernidade na Guiné-Bissau: uma perspectiva interpretativa do subdesenvolvimento. Dissertação para obtenção do grau de Mestre em estudos africanos pelo Centro de Estudos Africanos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto Outubro de 2009.

SANGREMAN, C.; SOUSA, J. F. & BARROS, G. Z. M. A evolução política recente na Guiné-Bissau: As eleições presidenciais de 2005 -Os conflitos -O desenvolvimento - A sociedade civil. Centro de estudos sobre a África e Desenvolvimento. Lisboa 2006. Disponível em:<[http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/Doc\\_trabalho/70.pdf](http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/Doc_trabalho/70.pdf)> Acesso em: 20 de jun. 2013.

SANTOS, J.G. Integração da Guiné Bissau na zona Franca Regional- CEDEAO/UEMOA. Faculdade de direito da Universidade de Coimbra- Curso de Direito- Mestrado em direito Administrativo, Coimbra 2009/2010. Disponível em: <[http://www.fd.uc.pt/~stavares/FDUC/Arquivo\\_2009\\_2010/Entradas/2010/4/17\\_Ainda\\_uma\\_soberania\\_fiscal\\_%287%29\\_files/Trabalho%20da%20Jurisprudencia%20do%20Dto%20Fiscal.pdf](http://www.fd.uc.pt/~stavares/FDUC/Arquivo_2009_2010/Entradas/2010/4/17_Ainda_uma_soberania_fiscal_%287%29_files/Trabalho%20da%20Jurisprudencia%20do%20Dto%20Fiscal.pdf)> Acesso em: 09 de mar. 2015.

UZOIGWE, Godfrey. Partilha europeia e a conquista da África: apanhada geral. In: BOAHEN, Albert (Org). História Geral da África VII. África sob a dominação colonial, 1880-1935. Brasília: UNESCO, 2011.

VAZ, José, M. Conferência Internacional dos Parceiros da Guiné-Bissau “Terra Ranka”. Bruxelas, Março de 2014.